

MESTRADO
[RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO]

O sistema redistributivo alimentar beneficia todos?

Catarina Ferreira

Mestrado em História, Cooperação e Relações Internacionais

2025



Catarina Ferreira

O sistema redistributivo alimentar beneficia todos?

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Cooperação e Relações Internacionais, orientada pela Professora Doutora Amélia Polónia.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

A todos aqueles que são impedidos de lutar por aquilo que acreditam.

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	5
Agradecimentos.....	6
Resumo.....	9
Abstract	10
Índice de Figuras	11
Índice de Tabelas	12
Lista de abreviaturas e siglas.....	13
Introdução	14
1.Quadro teórico da pesquisa	17
1.1. A segurança alimentar	17
1.2. A Soberania alimentar	20
1.3. A Soberania fundiária	23
1.4. A Autogestão.....	25
2.Revisão da literatura	29
2.1. Os sistemas alimentares - o embate entre a segurança e a soberania	30
2.2. Repensar a agricultura - a agroecologia como paradigma transformador e sustentável ..	36
2.3. Território e poder - o papel da terra na construção dos sistemas alimentares.....	42
2.4. A autogestão agrícola - entre a resistência e a autonomia	46
3.Metodologia	49
4.Cultivar a Resistência - o projeto de Can Masdeu	51
4.1. O sistema redistributivo em Barcelona - Nou Barris	51
4.2. Can Masdeu - a gênese da <i>okupa</i>	57
4.3. A resistência em movimento - o dia a dia em Can Masdeu.....	59
4.4. Can Masdeu como um laboratório-vivo revolucionário	61
4.4.1. A relação com a Terra	61
4.4.2. A luta pela soberania alimentar	63
Conclusão	80
Referências bibliográficas	82

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

[Porto, 25 de setembro de 2025]

[Catarina Ferreira]

Agradecimentos

Em primeiro lugar, queria agradecer aos meu pais por me terem apoiado em todas as minhas decisões. Por todos os esforços que fizeram para que eu pudesse ter um curso superior e seguir aquilo que realmente gosto. Por me transmitirem os melhores valores possíveis e servirem de inspiração para tudo aquilo que eu faço na vida.

À minha irmã, a minha melhor amiga e companheira, por ter sempre uma palavra de conforto nos momentos mais difíceis de cada percurso que faço. Por servir de exemplo de resiliência e me mostrar que tudo é possível.

Ao David e à minha Madrinha, por, desde que me lembro, despertarem o interesse pela leitura e pela política. As horas infinitas de debates e reflexões contribuíram para aquilo que sou hoje – uma pessoa interessada e atenta ao mundo que me rodeia.

A toda a minha família por acreditar no meu caminho e me dar força para lutar por aquilo que acredito. Por me terem sempre proporcionado um seio unido e com os valores certos. Por me terem feito crescer rodeada pelo que importa – valores, natureza e proatividade.

À Professora Doutora Amélia Polónia, por ter acreditado em mim e me ter permitido crescer intelectualmente. Por me ter feito perceber o meu lugar na academia e me ter dado esperança para continuar o meu percurso.

Ao Dr. Miguel Silva, pela forma como permitiu refletir sobre o mundo. Por me permitir explorar a área da Cooperação para o Desenvolvimento de forma desconstruída e fazer perceber que há espaço para mim. Por me permitir voltar a lutar por aquilo em que acredito de forma convicta. Por me ter devolvido a esperança num mundo tão incerto. A política é para todos e a luta é de todos.

Às minhas amigas e camaradas, Marianas Santos e Mariana R. Santos, pelas horas infinitas de reflexões. Por terem estado ao meu lado no início do meu percurso

académico e profissional. Por todas as críticas e opiniões que nos fizeram crescer. Por todas as madrugadas de 25 de abril que festejámos com alegria.

À Beatriz Galhardo, por todas as vezes que me fez perceber que abrandar é bom e que isso não inviabiliza a nossa luta diária.

A todos os professores que contribuíram para aquilo que sou hoje. À professora Inês Campos, por, em tenra idade, me fazer perceber que o mundo é mais complexo do que aquilo que nos transmitem. Ao Professor Doutor Miguel Borba de Sá por ter contribuído para o meu espírito crítico e me ter introduzido a área da Cooperação para o Desenvolvimento. À Professora Doutora Fernanda Alves por me ter ensinado a ter empatia e a lutar pelos meus ideais de forma desconstruída.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu percurso e deixaram um pouco de si.

A todos aqueles que lutam por aquilo que acreditam.

A todos aqueles que não têm o mesmo privilégio que eu e se encontram em situações precárias ou de risco extremo. Aos “invisíveis” que me fazem querer ser melhor e me permitiram perceber que mudar o mundo é fazer a vida de alguém melhor. A sociedade pode esquecer, mas eu não.

Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.

[...]

Pergunto à gente que passa
por que vai de olhos no chão.
Silêncio - é tudo o que tem
quem vive na servidão.

[...]

E o vento não me diz nada
ninguém diz nada de novo.
Vi minha pátria pregada
nos braços em cruz do povo.

[...]

Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.

Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não.

Manuel Alegre, em *Trova do Vento que Passa*

Resumo

Num mundo atravessado por profundas desigualdades socioeconómicas, o acesso a condições básicas de vida mantém-se desigual e precário. O setor primário assume, neste contexto, um papel fundamental na garantia de uma vida digna e saudável, sendo a disponibilidade de alimentos básicos e nutritivos um elemento estruturante da existência humana. Contudo, estas fragilidades são frequentemente exploradas por poderes hegemónicos, que instrumentalizam o setor primário como meio de acumulação de capital e benefício privado, reforçando lógicas de exploração e exclusão. É neste enquadramento que a presente dissertação analisa criticamente os sistemas contemporâneos de alimentação e de uso da terra, partindo da hipótese de que os mecanismos tradicionais de redistribuição tendem a desfavorecer as comunidades mais vulneráveis. A investigação empírica incide sobre o bairro de Nou Barris (Barcelona), com particular destaque para iniciativas de base como o coletivo Can Masdeu. Estas práticas urbanas, agroecológicas e autogeridas são interpretadas como expressões de autonomia coletiva e de resistência às lógicas territoriais neoliberais. O estudo evidencia tanto o potencial transformador destas experiências como os constrangimentos estruturais que enfrentam, nomeadamente a insegurança fundiária, a cooptação institucional e a fragmentação interna. Ao articular a reflexão teórica e a análise empírica, a dissertação contribui para o debate em torno de alternativas sistémicas ao modelo agroindustrial, sublinhando a centralidade da autogestão comunitária, da soberania alimentar e territorial e da coprodução com a natureza. Argumenta-se que a soberania alimentar e fundiária não se configuram como meras questões técnicas ou económicas, mas como processos profundamente políticos e culturais, que exigem organização coletiva e uma redefinição da relação entre sociedade e território.

Palavras-chave: [Soberania alimentar, Soberania fundiária, Autogestão, Agroecologia, Can Masdeu]

Abstract

In a world marked by profound socioeconomic inequalities, access to basic living conditions remains uneven and precarious. Within this context, the primary sector plays a fundamental role in ensuring a dignified and healthy life, with the availability of basic and nutritious food constituting a cornerstone of human existence. However, these vulnerabilities are frequently exploited by hegemonic powers, which instrumentalize the primary sector as a means of capital accumulation and private gain, thereby reinforcing logics of exploitation and exclusion. Against this backdrop, the present dissertation critically examines contemporary food and land systems, advancing the hypothesis that traditional redistribution mechanisms tend to disadvantage the most vulnerable communities. The empirical research focuses on the Nou Barris district (Barcelona), with particular attention to grassroots initiatives such as the Can Masdeu collective. These urban, agroecological, and self-managed practices are interpreted as expressions of collective autonomy and resistance to neoliberal territorial logics. The study highlights both the transformative potential of such experiences and the structural constraints they face, including land insecurity, institutional co-optation, and internal fragmentation. By integrating theoretical reflection with empirical analysis, the dissertation contributes to the debate on systemic alternatives to the agroindustrial model, emphasizing the centrality of community self-management, food and land sovereignty, and co-production with nature. It argues that food and land sovereignty are not merely technical or economic issues but deeply political and cultural processes that demand collective organization and a redefinition of the relationship between society and territory.

Key-words: [Food Sovereignty, Land Sovereignty, Self-Management, Agroecology, Can Masdeu]

Índice de Figuras

FIGURA 1. TIPOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	19
FIGURA 2. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	72

Índice de Tabelas

TABELA 1. RENDA MÉDIA POR PESSOA (€) - BAIRROS DE NOU BARRIS, BARCELONA, 2022.....	52
TABELA 2. LIMAR DE RISCO DE POBREZA, CATALUNHA, 2022-2024 (LIMAR EM €)	53
TABELA 3. COMPARAÇÃO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS, 2025.....	54
TABELA 4. PERSPETIVAS DE SISTEMA PARA UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA DA AGROECOLOGIA	69
TABELA 5. METAS DO ODS 2 APLICADAS AO PROJETO DE CAN MASDEU	73

Lista de abreviaturas e siglas

EAU	<i>ESTRATÈGIA D'AGRICULTURA URBANA A LA CIUTAT DE BARCELONA 2019-2030</i>
FAO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA
FIES	ESCALA DE EXPERIÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR
FMI.....	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FSMs.....	<i>FOOD SOVEREIGNTY MOVEMENTS</i>
LVC.....	LA VIA CAMPESINA
ODS	OBJETIVOS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAC.....	POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM
PIC.....	<i>PUNT DE INTERACCIÓ DE COLLSEOLA</i>
POU	PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO

Introdução

As atuais dinâmicas socioeconômicas mundiais, quando analisadas em diversos pontos do globo e comparadas entre si, revelam disparidades significativas. O agravamento das desigualdades sociais, somado à intensificação da crise ambiental, expõe as fragilidades e insuficiências dos modelos de gestão alimentar e territorial atualmente em vigor. Essas limitações estruturais, que se manifestam na incapacidade da política tradicional em dar respostas eficazes a longo prazo, tornam evidente a necessidade de repensar e procurar alternativas. Tais alternativas devem não apenas propor soluções inovadoras, mas também questionar e desconstruir ideias amplamente aceitas, que até agora têm orientado a organização social, econômica e territorial.

A política internacional *mainstream* foi desenvolvendo, ao longo do tempo, mecanismos que visavam dar resposta aos problemas do quotidiano nas mais diversas áreas. O conceito de segurança alimentar afigura-se como um instrumento de análise que tem por base a avaliação da disponibilidade dos alimentos saudáveis e seguros, o que inclui a produção, distribuição e consumo dos mesmos (ONU, 1975; Marques, 2010; Graça & Gregório, 2012; Rocha & Liberato, 2013). Porém, face à superficialidade da análise pela falta de compreensão de fatores que não podem ser refletidos em indicadores numéricos, a comunidade civil começou a repensar a forma de praticar a política. É neste contexto que se afirmam formas diversas de autogestão, como uma resposta irreverente à incapacidade governativa de fazer jus às necessidades coletivas.

A competência do coletivo na estruturação e implementação das suas próprias estratégias de produção, venda e consumo de recursos, fez surgir movimentos independentes das formas políticas convencionais (Viana, 2019; Chohan et al., 2023). Estes movimentos autogestionários tiveram um papel importante na luta indissociável pela soberania fundiária e alimentar. O acesso e o controlo da terra e da produção alimentar são, assim, fundamentais para a autonomia e dignidade de qualquer comunidade.

O direito à terra e, num contexto de condições muito favoráveis, o controlo da mesma, são imprescindíveis à implementação da soberania alimentar (Borras, 2008; Oldham et al., 2024). A soberania alimentar é um conceito e um movimento político que luta pela reforma agrária, pela defesa da agroecologia, por uma economia justa e sustentável e pela justiça social (Via Campesina, 1996; Burnett & Murphy, 2014; Roman-Alcalá, 2016). Revela-se como uma resposta disruptiva à performatividade das políticas públicas vigentes, apoiada numa visão holística das relações de sociabilidade e de relação com o meio envolvente.

A escassez de estudos que proponham perspetivas alternativas ao pensamento dominante, valorizando a solidariedade e a organização social, constituiu a principal motivação para a elaboração desta dissertação. Trata-se, assim, de um olhar crítico sobre as políticas alimentares e fundiárias vigentes, que procura desconstruir não apenas a noção de propriedade, mas também a perceção de que, no Norte Global, o acesso a alimentos saudáveis e economicamente acessíveis está universalmente garantido.

Assim, a presente dissertação tem como objetivo desconstruir estas ideias pré-concebidas pela sociabilidade e enraizadas na mente coletiva. Para o efeito, parte-se da hipótese de que os sistemas tradicionais tendem a desfavorecer as comunidades vulneráveis. Face a este cenário, investiga-se de que forma as políticas agroecológicas, autogestionárias e de soberania fundiária podem figurar como estratégias emancipatórias viáveis.

A condução da investigação rege-se por duas questões essenciais: 1) como é que estas populações se podem proteger contra dinâmicas político-económicas que promovem e aprofundam a desigualdade? e 2) qual o papel do setor primário (mais especificamente da agricultura) na construção de uma via alternativa e emancipatória das comunidades?

Para garantir uma investigação mais clara e coesa, esta dissertação estrutura-se em quatro grandes capítulos. O **Capítulo 1** explora o enquadramento teórico de pesquisa, expondo os conceitos fundamentais que sustentam o trabalho. Assim, conceptualizam-

se os conceitos de *segurança alimentar*, *soberania alimentar*, *soberania fundiária* e *autogestão*. O **Capítulo 2** compreende a revisão da literatura, reunindo os principais debates sobre a soberania alimentar e a segurança alimentar, o papel da terra, a agroecologia e a autogestão, conforme discutidos nas obras consultadas. No **Capítulo 3** é detalhada a metodologia adotada na elaboração da presente dissertação, de modo a tornar mais acessível a compreensão do percurso de investigação e das escolhas realizadas. Por fim, o **Capítulo 4** dedica-se à discussão, explorando a realidade do distrito de Nou Barris, em Barcelona, e o surgimento de movimentos alternativos que permitam dar resposta às necessidades da população local.

1. Quadro teórico da pesquisa

O quadro teórico é crucial para compreender as dinâmicas político-económicas que constroem os sistemas alimentares contemporâneos. Além disso, permite fundamentar a hipótese que orienta esta dissertação - o sistema de redistribuição desfavorece as comunidades vulneráveis. Assim, este capítulo apresenta os conceitos centrais que sustentarão a análise.

A escolha destes eixos teóricos permite explorar diferentes dimensões do problema - o acesso à terra e aos alimentos e as formas de organização comunitária que desafiam os poderes dominantes. Ao combinar abordagens, procura-se construir uma ótica analítica capaz de explorar as diversas tensões sociopolíticas existentes, mostrando alternativas assentes na agroecologia e autogestão.

1.1. A segurança alimentar

O conceito de segurança alimentar surgiu das necessidades de saúde pública logo no pós-Segunda Guerra Mundial. A sua origem institucional tinha como objetivo central a produção massiva para estabilizar os *stocks* de alimentos (Marques, 2010) e, consequentemente, providenciar às comunidades bens-básicos.

Na Conferência Mundial de Alimentação de 1974, em Roma, aconselhou-se os países presentes a implementar políticas nacionais de alimentação e nutrição (Graça & Gregório, 2012). O objetivo prendia-se com a melhoria da saúde das populações e garantia de uma produção de alimentos que satisfizesse as suas necessidades (Graça & Gregório, 2012). Assim, nesta mesma Conferência, ganhou relevo o conceito de “segurança alimentar”, que sustentava a ideia de que a disponibilidade global dos alimentos não implicava necessariamente que todos os indivíduos tivessem acesso aos mesmos (Lappé, 1971; Sen, 1981; Marques, 2010; Graça & Gregório, 2012).

O conceito, numa fase embrionária, referia-se a países e não a indivíduos. A sua análise assumia uma perspetiva muito mais global e menos centrada nos cidadãos e nas suas necessidades:

“Uma vez que é responsabilidade comum de toda a comunidade internacional garantir a disponibilidade permanente de reservas adequadas de alimentos básicos a nível mundial, incluindo reservas de emergência, todos os países devem cooperar no estabelecimento de um sistema eficaz de segurança alimentar mundial (...)”¹ (ONU, 1975).

Com o passar do tempo as exigências sociais iam realçando a importância do direito à alimentação e da abundância de alimento, mas também da qualidade desse mesmo direito. Por conseguinte, Maxwell (1988, p. 10) defende que a segurança alimentar só é alcançada quando “(...) os pobres e vulneráveis, particularmente as mulheres e crianças e aqueles que vivem em zonas marginalizadas, têm acesso seguro aos alimentos que desejarem”. Assim sendo, um país só é detentor de segurança alimentar quando “(...) o seu sistema alimentar operar de forma a eliminar o medo de não haver alimento suficiente.” (Maxwell, 1988, p. 10). A segurança alimentar definiu-se, assim, como a necessidade de produzir, distribuir e consumir alimentos saudáveis e seguros para os indivíduos, as comunidades, as economias e as gerações vindouras (Maxwell, 1996; Brown, 2003; 2006; Rocha & Liberato, 2013).

Com a crise de 2008, o foco da segurança alimentar passou a ser os “países em desenvolvimento” e “em transição”. As organizações internacionais promoveram ajudas para que estes desenvolvessem e reforçassem o setor agrícola e a produção alimentar (FAO, 2008), orientando o foco para as necessidades individuais. Esta nova orientação foi um estímulo para o aumento de investimento na agricultura, agroindústria e no desenvolvimento rural público e privado (*idem*), de modo a produzir o suficiente para alimentar a população.

A fome tornou-se - e continua ainda hoje - um indicador preponderante no conceito de segurança alimentar (Lappé, 1971; Sen, 1981). A FAO (s.d) caracteriza a fome como sendo uma sensação física desconfortável e/ou dolorosa, originada pelo consumo

¹ Todas as traduções foram realizadas pela autora.

insuficiente de energia alimentar. Assim, as instituições ocidentais têm reunido esforços para erradicar a fome, a insegurança alimentar e todas as formas de desnutrição. A análise da subnutrição - a medida da fome compilada pela FAO - passa a ser uma fórmula utilizada recorrentemente para analisar a segurança alimentar. Definiu-se um limiar pré-determinado específico para cada país, medido em termos do número de quilocalorias necessárias para realizar atividades sedentárias ou ligeiras (FAO, 2008).

As instituições ocidentais estabeleceram diferentes níveis de gravidade da insegurança alimentar, na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar, que são universalmente aceites para efeitos de análise (**figura 1**).

Figura 1. Tipos de segurança alimentar



Fonte: *Hunger and Food Insecurity* | FAO | Food and Agriculture Organization of the United Nations (s.d.)

Os indicadores utilizados pela FAO para monitorizar a insegurança alimentar são a Prevalência de Desnutrição (PoU) e a Prevalência de Insegurança alimentar Moderada ou Grave na População, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES)² (FAO, s.d.). A PoU é um indicador tradicional da FAO baseado em dados de países

² Conjunto de oito questões relativas à alimentação que visam analisar as experiências do indivíduo ou do agregado familiar.

sobre a disponibilidade e consumo de alimentos e necessidades energéticas, sendo usado para monitorizar a fome a uma escala regional ou global (FAO, s.d.). Por sua vez, a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população com base na FIES é uma estimativa da percentagem da população de um país que tem dificuldades no acesso a alimentos seguros e nutritivos suficientes para uma vida saudável (FAO, s.d.).

De acordo com o Plano de Ação gerado na World Food Summit de 1996,

“A segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.”

Para efeito, designou-se que cada nação deveria adotar uma estratégia adequada aos seus recursos e capacidades para alcançar os objetivos estipulados (Lappé, 1971). Ao mesmo tempo, deveria ser capaz de integrar esforços coordenados a nível regional e internacional para alcançar soluções coletivas para questões globais de (in)segurança alimentar (Lappé, 1971). Esta noção de segurança alimentar tende a ser aceite de uma forma geral, persistindo até aos dias de hoje nas maiores instituições internacionais de índole neoliberal, como o Banco Mundial (World Bank Group, 2024).

1.2. A Soberania alimentar

A soberania é um fenómeno relacional, sendo, portanto, um processo ao invés de um estado (Roman-Alcalá, 2016). É fruto da construção e manutenção consciente de relações interpessoais, instituições, tecnologias e ecossistemas, que devem convergir com vista à soberania. Assim sendo, nenhuma soberania é completa ou incontestável, visto que a legitimidade e as regras são sempre provisórias e passíveis de alteração (Roman-Alcalá, 2016).

Além de ser um conceito, a soberania alimentar constitui igualmente um movimento político. Como tal, pauta-se pela luta pela reforma agrária, pelo controlo das sementes, pela promoção da agroecologia, pelo fortalecimento dos mercados locais e pela defesa

da justiça social (Desmarais et al., 2010; Burnett & Murphy, 2014). Os movimentos de soberania alimentar (FSMs) representam a materialização dessas reivindicações. Compostos essencialmente por pequenos produtores, os FSMs lutam por sistemas alimentares ecologicamente sustentáveis, socialmente justos e politicamente democráticos (Roman-Alcalá, 2017).

A soberania alimentar tem passado por uma evolução conceptual ao longo do tempo. Em 1996, o foco principal residia na produção alimentar. Contudo, desde 2007, o conceito passou a englobar também o acesso a alimentos saudáveis e ecologicamente sustentáveis. Esta ampliação evidencia as suas implicações institucionais, na medida em que exige um espaço político de apoio estatal às agriculturas nacionais (Burnett & Murphy, 2014). Tal apoio é fundamental para a democratização dos sistemas alimentares, orientada pelos princípios de justiça social (*idem*).

A definição original de soberania alimentar apresentada pela Via Campesina, em 1996, focava-se no direito de as nações desenvolverem a sua capacidade de produção alimentar, revelando-se como uma alternativa ao modelo agrícola dominante.

“A soberania alimentar é o direito de cada nação de manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir os seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva.” (Via Campesina, 1996).

Esta visão reivindicativa foi formalizada com a Declaração de Nyéléni, em 2007. Segundo a mesma:

“A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e o direito de definir os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas.”

A soberania alimentar está, portanto, interconectada com numerosos aspetos da vida quotidiana (Epting, 2018). Deste modo, o autor destaca três níveis de soberania alimentar: forte, fraca e nenhuma. A soberania alimentar forte, ou total, pressupõe um controlo absoluto sobre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, como é descrito na Declaração de Nyéléni (*idem*). Por outro lado, a soberania alimentar fraca implica uma partilha de autoridade entre governos e cidadãos, como em sistemas de co-

soberania, tal como acontece em Cuba (*idem*). Por fim, o autor destaca a inexistência da soberania alimentar, o que significa que não existe qualquer controlo alimentar, seja por conta da dominação explícita ou ilusões de participação (*idem*).

É nesta ótica de conflito que Roman-Alcalá (2016) defende que o conceito de soberania alimentar deve incluir tensões políticas relevantes entre indivíduos e grupos, grupos e sociedades, entre Estados e várias agências interestatais, entre outros. Estas tensões permitirão que este conceito e movimento tenha uma abordagem diversificada e explore as complexidades culturais, económicas e políticas (*idem*). Assim, é possível perceber a soberania alimentar como expressão de uma nova forma de cidadania global, assente na participação ativa, na construção coletiva e nos direitos sociais, de modo a concretizar transformações estruturais significativas (Brem-Wilson, 2015)

A soberania alimentar é uma forma disruptiva de ver o mundo agrícola, tanto a nível social como a nível económico (Desmarais et al., 2010). Estando o capitalismo fortemente enraizado na sociedade atual, qualquer tipo de movimento contra-hegemónico que exista será pressionado pelas suas forças. Contudo, importa realçar que a soberania alimentar não renega o comércio internacional.

Apesar do Acordo sobre a Agricultura da OMC ser fortemente criticado pelos movimentos de soberania alimentar, o comércio tende a ser necessário, sob certas condições (Burnett & Murphy, 2014). A importância do comércio surge quando a produção local não é suficiente ou até mesmo quando existem excedentes que podem ser exportados. Esta pode ser uma das alternativas para satisfazer as necessidades populares sem colocar em causa a sua soberania alimentar. O comércio contribui para a diversidade alimentar ao possibilitar a importação de alimentos, além de representar uma forma de rendimento para os agricultores. No entanto, é incontornável a ideia de que esta abertura traz consigo problemáticas de subordinação às dinâmicas dos mercados.

1.3. A Soberania fundiária

O acesso à terra é crucial para a concretização do ideal da soberania alimentar. É nesta ótica que surge a preocupação com o controlo autónomo da terra, conhecido como soberania fundiária. Este conceito, desenvolvido por Borras e Franco (2012) no âmbito das discussões sobre a soberania alimentar, é caracterizado como sendo o direito dos povos de aceder à terra e tomar decisões sobre o seu uso (Borras & Franco, 2012; Wittman & James, 2022).

Por conseguinte, a soberania fundiária permite promover, de forma mais eficaz, uma visão unificada para uma política fundiária que engloba uma pluralidade de lutas, tanto a Norte como a Sul do Globo (Borras & Franco, 2012; Roman-Alcalá, 2015). Assim, os FSMs propuseram reformas agrárias de carácter redistributivo, com o objetivo de contrariar a concentração fundiária existente e promover um modelo de produção em pequena escala, alinhado com os princípios da soberania alimentar (Roman-Alcalá, 2015).

A terra é percebida de diversas formas, desde um meio de subsistência a património ambiental (Via Campesina, 2000; Borras & Franco, 2013; Astuti & McGregor, 2023; Oldham et al., 2024). Assim, num contexto de subsistência, assiste-se a uma procura incessante por terras e água. A água figura, neste ciclo de apropriação de recursos, um elemento propulsor da ocupação de terras destinadas à agricultura industrial e à produção de energia hidroelétrica ou hidráulica (Borras & Franco, 2012), sendo que esta procura pode resultar em acordos reais de posse e alteração do uso da terra (Borras & Franco, 2012). As comunidades locais apresentam diferenças em termos de classe social, etnia e género, o que se reflete num acesso desigual ao controlo e utilização da terra e dos recursos hídricos. A autoridade sobre a terra é um objeto de contestação, revelando tensões entre diferentes atores e formas de legitimação. A relação com a terra é socialmente construída, sendo mediada por regras formais e informais criadas pelas dinâmicas da sociabilidade e influenciadas por políticas públicas (Roman-Alcalá, 2016).

Estas dinâmicas desencadeiam uma ampla diversidade de conflitos sociais. Borras e Franco (2012, 2013) destacam três tipologias principais: (1) pobres vs. atores

corporativos, (2) pobres vs. Estado e (3) pobres vs. pobres. O primeiro tipo de conflito está associado à inclusão precária dos trabalhadores nos novos sistemas económicos. O foco recai sobre aspetos como as condições de trabalho, os salários, as condições ambientais, a honra de promessas contratuais, etc. Este tipo de problemática é uma realidade em casos em que a população continua nas terras ou trabalha para a empresa.

O segundo conflito implica a intervenção direta ou indireta por parte do Estado no processo de despossessão de terras. O seu papel é incontornável, na medida em que assume, frequentemente, uma posição central nas iniciativas políticas e administrativas, sobretudo em torno das “terras marginais disponíveis” (Borras & Franco, 2013). O intuito é converter essas terras em fatores produtivos, simplificando as relações sociais, afirmando a soberania e autoridade sobre o território (*idem*). Isto é feito, muitas das vezes, com recurso ao uso da força armada para garantir a sua implementação, expandindo a territorialização e promovendo a acumulação de capital privado (*idem*).

Por fim, o terceiro conflito explora uma dimensão muitas das vezes negligenciada na literatura: as disputas internas às próprias comunidades. Nesse contexto, emergem tensões no seio do campesinato, em que se contrapõem aqueles que apoiam os projetos - na expectativa de obter benefícios - àqueles que resistem, por identificarem perdas e ameaças associadas (Borras & Franco, 2013). Essa dinâmica fragiliza a coesão comunitária e pode constituir um obstáculo à ação coletiva.

Essas fraturas internas articulam-se ainda com a problemática dicotomia entre “local” e “estrangeiro” (Oya, 2013). O rótulo “estrangeiro” pode conter em si duas realidades distintas: um capitalista-investidor sem interesse no desenvolvimento do país, ou um trabalhador assalariado migrante oriundo de uma região ou etnia diferentes. Assim, para se entender as dinâmicas a nível local, é crucial responder a quatro questões-chave: Quem é dono do quê? Quem faz o quê? Quem recebe o quê? O que se faz com o excedente criado? Estas questões permitem uma análise mais rigorosa e detalhada, evitando simplificações excessivas.

No entanto, as atuais relações sociais são extremamente complexas e difusas, emergindo assim a necessidade de haver uma maior atenção analítica e política. De

facto, existem visões divergentes relativamente à questão da posse de terra. Alfred (2001) defende que a terra não foi criada pelo ser humano e, por isso, não pode ser objeto de propriedade. Isto implica a necessidade de manter uma relação espiritual de parceria, que atribui aos povos obrigações e responsabilidades perante o seu território (*idem*). Nessa perspetiva, a gestão da terra deve pautar-se pelo respeito, pela procura de benefícios mútuos entre a comunidade e o território e pela limitação da intensidade do seu uso, de modo a preservar o equilíbrio espiritual e ambiental (Alfred, 2001). Para além de promover a sustentabilidade, esta abordagem questiona as dinâmicas de poder inerentes à posse fundiária, aproximando-se do conceito de soberania da terra proposto por Borrás e Franco (2012), mas a partir de uma perspetiva mais comunitária e holística, que marginaliza a lógica da privatização.

1.4. A Autogestão

A autogestão é produto de um século e meio de tentativas de organizações coletivistas, cooperativas e igualitárias (Singer, 2018). Consiste na capacidade de um coletivo de organizar de forma autónoma as suas próprias estratégias de produção, de comercialização e de utilização dos recursos naturais, sem depender de corporações ou do Estado (Chohan et al., 2023). Assim sendo, a autogestão é simultaneamente um horizonte político e um movimento prático (Smessaert & Feola, 2023). Um exemplo são as cooperativas oriundas de assentamentos agrários, cujos membros compartilharam acampamentos espontâneos e ocupações de propriedades agrícolas que se insurgiram contra as forças policiais (Singer, 2018).

Nildo Viana (2019) identifica diferentes etapas da autogestão. Em primeiro lugar, assiste-se às lutas espontâneas, que se configuram como formas elementares de resistência quotidiana dentro do sistema capitalista. Embora fragmentadas e sem questionarem diretamente o sistema em si, estas lutas são uma manifestação do descontentamento popular (Viana, 2019). A esta etapa estão associadas as lutas do proletariado, que podem tomar diversas formas, como o absentismo, a desaceleração da produtividade, entre outros.

Em segundo lugar, surgem as lutas autónomas, caracterizadas pela emancipação dos manifestantes face às amarras dos sindicatos e partidos (Viana, 2019). Esta fase assume um carácter estratégico e coletivo. No entanto, a consciência política ainda se encontra num estado embrionário, e o horizonte das lutas não pressupõe a deposição plena do capitalismo (Viana, 2019). Não obstante, esta etapa revela-se como um momento transitório que permite que as lutas autogestionárias se insurjam e afirmem. É nesse contexto que a luta se torna verdadeiramente revolucionária, desenvolvendo-se uma consciência coletiva e classista, expressada na forma de conselhos, comunas e coletivos horizontais (Viana, 2019). Segundo Viana (2019, p.23): “A hegemonia revolucionária do proletariado se espalha por toda a sociedade e o objetivo de transformar radicalmente as relações sociais se consolida nas mentes dos indivíduos.”

Assim, a autogestão está intrinsecamente associada à ideia de autonomia. Este processo emancipatório estabelece-se face às instituições existentes, principalmente aos poderes políticos e corporativos (Smessaert & Feola, 2023). Este processo emancipatório, evidenciado nas lutas espontâneas e autónomas descritas anteriormente, manifesta-se como um movimento coletivo e contínuo de auto-questionamento e auto-instituição, em oposição às normas, regras e limites sociais impostos pelos poderes hegemónicos (Smessaert & Feola, 2023; Singer, 2018). Além disso, essa autonomia funciona também como uma resposta reivindicativa à precariedade estrutural existente, traduzindo-se em práticas que procuram a reorganização das relações sociais, económicas e políticas de uma forma mais justa (Gago, 2021).

A verdadeira autonomia só pode emergir de forma descentralizada, isto é, fora das estruturas de poder e do sistema dominante (Smessaert & Feola, 2023). É nesse contexto que os conselhos operários e populares se afirmam como expressão organizativa da autogestão, onde a deliberação direta se torna numa prática concreta (Viana, 2019). Existem diversos tipos de conselhos que substituem a legalidade e a estrutura do Estado (Viana, 2019). Destacam-se os conselhos de fábrica, os conselhos de bairro e os conselhos de autodefesa. Os primeiros estruturam e controlam a produção; os segundos orientam os serviços públicos e a vida quotidiana; e os últimos protegem a comunidade da repressão estatal que persiste na vida política (Viana, 2019).

Esta ideia traduz-se em comunidades autogeridas - como os *Kibutzim* - e em assembleias populares, onde a propriedade do capital é repartida igualmente entre todos (Singer, 2018). Isto implica que todos os participantes tenham direitos iguais nas tomadas de decisão, além de fomentar a aprendizagem coletiva, de modo que o destino individual se funda com o destino e ganhos coletivos (*idem*).

A autogestão reflete-se em diversas dimensões da vida em sociedade. Constitui uma forma de resistência à alienação imposta pelos poderes do capital e estende-se a todas as vertentes da vida comunitária (Viana, 2019). Nesse processo, desenvolve-se uma consciência autogestionária que se opõe à submissão e rompe com a passividade das formas representativas e burocráticas (*idem*). Chohan et al. (2023) demonstram que, mesmo inseridos num contexto de re-campesinação, os camponeses conseguem desenvolver e implementar estratégias de autogestão dos territórios e dos recursos naturais. Tal é possível porque recorre ao conhecimento local e à prática comunitária. Segundo os autores, a autogestão transcende a esfera económica, passando a considerar a dimensão ambiental, por meio de práticas sustentáveis, adaptativas e integradas no ecossistema. Esta abordagem recupera o trabalho de Rosset e Altieri (2017), que explora o conceito de “coprodução com a natureza”. Esta perspetiva representa uma relação onde os produtores adaptam as suas práticas aos ciclos naturais de modo a não quebrar a harmonia existente (Rosset & Altieri, 2017; Chohan et al., 2023).

Além das dimensões política, social e ambiental, a esfera económica também é intrínseca ao pensamento autogestionário. Tanto em contextos industriais quanto rurais, a autogestão do capital produtivo consegue trazer vários benefícios para a comunidade, ao evitar o endividamento e ao criar uma forma coletiva e solidária de manter a produção ativa. Nesta dimensão, as relações pessoais e a solidariedade assumem um papel central, visto que o bom funcionamento económico-financeiro depende da confiança, da reciprocidade e do apoio mútuo, em prol da maximização dos benefícios comunitários (Singer, 2018). Ademais, a autogestão acaba por possibilitar a criação de infraestruturas coletivas auto-organizadas e autogeridas, como resposta à

incapacidade ou ineficiência do Estado em prover serviços e recursos essenciais (Gago, 2021).

A cooperativa é uma forma clássica autogestionária de organização coletiva, inserida num sistema onde o capitalismo domina (Singer, 2018). Existem diversos tipos de cooperativas - de produção, de consumo, de crédito, entre outras - que, historicamente, representaram importantes instrumentos de reivindicação coletiva. No início do movimento cooperativo, no início do século XIX, a autogestão caminhava a par e passo com as cooperativas. Contudo, ao longo do tempo, muitos dos princípios foram alterados, cedendo ao fundamentalismo capitalista sob a narrativa do auto-emprego (Singer, 2018; Gago, 2021). Assistiu-se, assim, à instrumentalização das práticas coletivas que se converteram em formas de autoexploração (Gago, 2021). Apesar disso, as cooperativas de produção foram as únicas que se mantiveram fiéis à autogestão (Singer, 2018), sobrevivendo até à atualidade como exemplos de organização coletiva.

As *Okupas* representam uma outra forma de organização autogestionária, constituindo um ato de resistência direta ao sistema. Surgidos nos anos 1980, os movimentos *okupa* assumem-se como agrupamentos culturais e políticos³ que promovem formas de resistência anticapitalista (Bergès, 2019). Caracterizam-se por ações políticas diretas, envolvendo a ocupação temporária de edifícios ou propriedades, privadas ou públicas (Gonick, 2016; Bergès, 2019). Tratam-se de atos conscientes de desobediência civil, que desafiam a lógica legal vigente e a sacralização da propriedade privada (López & Bernardos, 2014).

Cada *okupa* possui identidade própria e um processo singular de construção do movimento. As práticas e visões do mundo são construídas coletivamente, criando vínculos e formando espontaneamente laços de afinidade que possibilitam o trabalho em torno de interesses comuns (López & Bernardos, 2014; Bergès, 2019). Dá-se um grande relevo às atividades autogeridas - culturais, associativas ou políticas - ,

³ https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=5173 Acedido a 27 de julho de 2025.

organizadas sem hierarquias, como forma de oposição aos circuitos de produção institucionalizados ou comerciais (Bergès. 2019). Assim sendo, a ocupação pretende libertar os espaços das amarras neoliberais e desenvolver neles uma cultura e formas de lazer alternativas aos tradicionais (Gonick, 2016; Bèrges, 2019). Para além disto, as *okupas* funcionam como plataformas que articulam diversos tipos de luta - feministas, anti-racistas, ecológicas, *queer*, entre outras - atuando como catalisadores de convergência entre distintas frentes anticapitalistas (López & Bernardos, 2014).

A autogestão revela-se, portanto, como uma prática multifacetada, que atravessa dimensões políticas, sociais, económicas e ambientais, e se manifesta em experiências tão diversas quanto cooperativas históricas e movimentos contemporâneos, como as *Okupas*. Mais do que uma forma de organização, constitui um espaço de autonomia, resistência e aprendizagem coletiva, capaz de desafiar estruturas de poder estabelecidas e de propor alternativas solidárias à gestão capitalista dos recursos. Apesar das limitações e críticas quanto à sua implementação, as experiências existentes evidenciam o seu potencial transformador e a relevância de continuar a explorá-la como modelo de organização da vida coletiva.

2. Revisão da literatura

O presente capítulo tem como foco principal a discussão dos principais argumentos teóricos que sustentam a presente investigação. O foco primordial será em torno de três noções - a soberania alimentar, a agroecologia e a autogestão. Apesar de conceitos distintos, a soberania alimentar, a agroecologia e a autogestão convergem na sua crítica ao modelo agroalimentar dominante.

Ao longo deste capítulo serão analisadas as contribuições de diversos autores para o debate sobre os sistemas alimentares contemporâneos. Para o efeito, a revisão será organizada em torno de três eixos principais: 1) a comparação do conceito de segurança alimentar e da soberania alimentar, mostrando de que forma se podem complementar, 2) a forma como a agroecologia contribui para o debate, com foco no contributo para a

soberania alimentar, e 3) o papel da autogestão no processo de concretização do ideal de soberania alimentar.

2.1. Os sistemas alimentares - o embate entre a segurança e a soberania

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de desenvolver e implementar políticas de alimentação (McMichale, 2009). É no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), mas, principalmente, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) que se começa a desenvolver o debate em torno da segurança alimentar.

Na Europa, a Política Agrícola Comum (PAC), implementada em 1962, sistematizou a discussão inicial em torno da segurança alimentar (Marques, 2010). No entanto, até à década de 1970, a prioridade centrou-se na implementação de políticas de alimentação e nutrição em países considerados do “Terceiro Mundo”, uma vez que tinham dificuldades em assegurar a disponibilidade alimentar para a sua população (Graça & Gregório, 2012). Neste contexto, a ajuda alimentar era utilizada como um instrumento geopolítico (McMichale, 2009). No entanto, Epting (2018) demonstra que a globalização - e todas as dinâmicas associadas - constitui uma das causas centrais dos problemas relacionados com a produção, o controlo, a comercialização e o consumo dos alimentos.

Na literatura, identificam-se duas posições antagónicas relativamente às políticas de alimentação e nutrição, associando-se, geralmente, aos teóricos da segurança alimentar (Lappé, 1971; Maxwell, 1996; Brown, 2003; 2006; 2008; 2009; FAO, 2008; Simelane & Worth, 2020) e a instituições ocidentais de relevo, como a FAO, o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A outra considera estas políticas como sendo meramente assistencialistas, sem interesse em resolver o problema estrutural subjacente - a incapacidade de suprir adequadamente as necessidades alimentares da população mundial. Esta posição é defendida pelos teóricos da soberania alimentar (Desmarais, 2007; McMichale, 2009; Desmarais et al., 2010; Roman-Alcalá, 2016) e pelo movimento político-social La Via Campesina (LVC).

Desde o final da década de 40 e início da década de 50, assistiu-se a uma forte correlação entre a alimentação e a nutrição na conceptualização da segurança alimentar (Carolan, 2013), uma vez que a má qualidade do regime alimentar compromete a segurança alimentar de uma sociedade (Simelane & Worth, 2020)⁴. Esta visão suportou-se no incentivo a políticas corporativistas e universalizantes, onde a agroindústria teve um papel crucial. O objetivo passou a ser produzir mais, com vista à supressão das necessidades coletivas mundiais (Hewitt de Alcantara, 1993; Maxwell, 1996).

Contudo, esta visão não considerava o impacto ambiental da produção intensiva, nomeadamente no esgotamento dos solos e dos recursos naturais. Neste contexto, a LVC defende a importância de desenvolver modelos tecnológicos⁵ que permitam o aumento da produção e da produtividade sem prejudicar a saúde das populações e a natureza (La Via Campesina, 2000). Esta nova tecnologia deve ser pública, de livre acesso e estar sob o controlo de todos os agricultores (La Via Campesina, 2000).

Ciente desta vicissitude, a LVC criou um instrumento teórico e um paradigma de desenvolvimento agrícola ecológico, sustentável e socialmente justo (Desmarais, 2007; Altieri, 2008), o qual incluiu a capacidade coletiva de preservar a integridade do abastecimento alimentar (La Via Campesina, 1996; Desmarais, 2007; Marques, 2010; Epting, 2018). Surge, portanto, de forma oficial, em 1996, o conceito e paradigma de soberania alimentar.

É fundamental distinguir a utilização do conceito de soberania alimentar entre o Norte e o Sul Global. No Norte, são sobretudo os consumidores urbanos - e não os produtores - que recorrem a este conceito, enquanto no Sul, foram os produtores de alimentos que desenvolveram o conceito e que o mais utilizam (Di Masso & Zografos, 2014). Contudo, a soberania alimentar permanece periférica no contexto político global, sendo maioritariamente utilizado por grupos de resistência popular. Tal situação decorre do

⁴ Face à centralidade da nutrição no conceito de segurança alimentar é comum ver na literatura uma junção dos termos “food and nutrition security”, tratando-os como indissociáveis.

⁵ Importa referir que as tentativas de inclusão tecnológica - mais ou menos agressiva no processo agrícola - podem coexistir com períodos de fome generalizada e, em algumas situações, coexistem de facto, apesar da existência de um abastecimento adequado a nível nacional e internacional (Maxwell, 1996).

facto de todas as instituições que sustentam o poder hegemónico do capitalismo utilizarem a segurança alimentar como conceito principal.

Ao longo dos anos, como resposta às contestações ao produtivismo agrícola, as análises da Segurança Alimentar foram-se desenvolvendo, redireccionando o foco para as questões sociais, ambientais e sanitárias relativas ao abastecimento alimentar. Neste processo, surge uma inclusão do multifuncionalismo no conceito de segurança alimentar (Simelane & Worth, 2020), deixando de se focar somente nos ganhos comerciais e financeiros, para passar a incorporar os impactos sociais, ambientais e políticos. A inclusão de mais dimensões - mais concretamente a disponibilidade, o acesso, a utilização adequada e a sustentabilidade - reforça o argumento dos autores de que a segurança alimentar é resultado de várias ações coordenadas.

O conceito evoluiu ainda com a inclusão da dimensão do acesso aos alimentos. Neste âmbito, Maxwell (1996) destacou duas escolas de pensamento: uma que se centrava no indivíduo enquanto unidade de análise da segurança alimentar; e outra que se focava no poder e na alocação de recursos no seio do agregado familiar. A primeira adota uma abordagem mais micro, onde analisa o indivíduo de forma independente e a sua capacidade de acesso a alimentos adequados. A segunda, de carácter mais macro, foca-se no agregado familiar e na forma de distribuição dos recursos dentro da família, o que considera questões de poder, hierarquia, género, idade e especificidades sociais.

Autores como Hart (1986), Evans (1991), Kabeer (1991), Desmarais (2007) e McMichale, (2009) argumentam que o acesso aos alimentos por parte dos indivíduos de um determinado agregado familiar, depende do controlo que estes têm sobre os seus recursos e rendimentos, implicando novamente, dinâmicas de poder. Não obstante, a escala de análise relativamente à segurança alimentar podendo ser desconstruída, favorecendo a análise: 1) individual ou familiar - micro escala; 2) comunitária - meso escala; 3) regional - macro escala; 4) nacional - macro escala; ou 5) mundial - macro escala (Sustainable Development Commission, 2009; Simelane & Worth, 2020).

A localização geográfica dos sistemas alimentares não pressupõe uma autossuficiência total, mas um fortalecimento da autonomia local ao permitir às populações decidir o

que produzir, consumir e comercializar nos seus territórios (Desmarais et al., 2010; Wittman, 2015). Os sistemas alimentares locais - *local food systems* - são, portanto, uma forma de valorizar práticas tradicionais ao mesmo tempo que reforçam a economia local, através da distribuição mais equitativa dos alimentos (Wittman, 2015). Esta é uma visão enquadrada na soberania alimentar, mas que, num momento de análise mais parametrizada, poderá servir o conceito de segurança alimentar.

A inclusão do acesso aos alimentos no debate da segurança alimentar foi fruto da percepção das limitações conceituais da segurança alimentar. Concluiu-se que a fome não é apenas uma consequência da falta de produção, mas do desigual acesso económico aos alimentos (Sen, 1981; Desmarais et al., 2010). Assim sendo, para que se cumpram os objetivos da segurança alimentar, é necessário, de acordo com os pressupostos das instituições ocidentais que coexistam e atuem de forma coordenada três dimensões:

- **Disponibilidade física de alimentos:** sob o ponto de vista da oferta, a disponibilidade é determinada pelo nível de produção alimentar, pelos níveis de existência e pelo comércio líquido (FAO, 2008; World Bank Group, 2024). A nível nacional, a disponibilidade de alimentos resulta da combinação entre a produção comercial, a produção doméstica, as importações, as doações internacionais e as reservas alimentares externas (Simelane & Worth, 2020). Contudo, é possível que um agregado familiar tenha segurança alimentar mesmo que a região ou a nação na qual está inserido não tenha (Simelane & Worth, 2020). É importante refletir sobre o facto de que a segurança alimentar, por si só, não garante automaticamente o acesso alimentar, uma vez que os agregados familiares e os indivíduos podem não dispor de meios para os obter ou utilizar (Simelane & Worth, 2020).
- **Acesso económico e físico aos alimentos:** um aprovisionamento apropriado de alimentos a uma escala nacional ou internacional não assegura a segurança alimentar ao nível do agregado familiar (FAO, 2008; World Bank Group, 2024). Esta constatação conduziu à criação de políticas mais centradas nos rendimentos, nas despesas, nos mercados e nos preços, com o intuito de

alcançar a segurança alimentar (FAO, 2008; World Bank Group, 2024). A acessibilidade, entendida tanto na sua dimensão física como financeira (Simelane & Worth, 2020), depende de recursos económicos disponíveis, de condições de mobilidade e de conhecimento para que os consumidores possam tomar decisões informadas.

- **Utilização dos alimentos:** por utilização entende-se a forma como o corpo se serve dos nutrientes presentes nos alimentos ingeridos. A ingestão adequada de energia e nutrientes depende de boas práticas de cuidados, de uma alimentação variada e equilibrada e da distribuição intra-doméstica dos alimentos (FAO, 2008; World Bank Group, 2024). A utilização dos alimentos está diretamente relacionada com fatores socioeconómicos, como o conhecimento, os hábitos e as decisões alimentares, que determinam o que os indivíduos compram, a forma como preparam os alimentos e quem os consome, bem como em que momento (Simelane & Worth, 2020).

Segundo estas métricas, percebe-se o foco central da segurança alimentar - a quantidade dos alimentos disponíveis de forma isolada. Torna-se, portanto, claro que o conceito tende a reduzir a conexão entre o alimento, a terra, o ambiente, as pessoas, a nutrição e a saúde (Steckley, 2024). Em contrapartida, a soberania alimentar olha para todas as dimensões de forma interconectada. McMichale (2009) e Moore (2015) consideram a soberania alimentar como uma visão ontológica revolucionária dos alimentos. Existem várias dimensões que permitem entender os alimentos para além da visão técnica e económica (McMichale, 2009; Moore, 2015). Neste âmbito, a biosfera, a democracia e a cultura são aspetos que permitem compreender a soberania alimentar. Os alimentos são parte dos ecossistemas, mantendo uma íntima ligação à terra, à água e à biodiversidade (Desmarais et al., 2010). O controlo do alimento deve ser feito pelas comunidades (McMichale, 2009), uma vez que, acima de tudo, carrega tradições, espiritualidade, identidade e práticas ancestrais.

Ao refletir sobre a soberania alimentar impõe-se a questão: *quem é soberano?* Deste modo, Roman-Alcalá (2016) identifica duas perspectivas distintas. A primeira é protagonizada pelos movimentos que promovem a soberania alimentar - como a LVC -

e defende que a soberania reside nas pessoas e nas comunidades, que devem ter o poder de decidir sobre os seus sistemas alimentares. A segunda, mais presente no meio académico, inclui correntes que consideram a soberania alimentar como uma proposta operacionalmente irrealista, devido às complexidades políticas e económicas (Bernstein, 2014; Tilley, 2024).

Tilley (2024) afirma que se torna difícil conseguir a autonomia e, eventualmente, a soberania, apenas ao fortalecer a escala local e a investir na cidadania ativa. A ideia de que a sociedade civil bem organizada consegue criar ilhas de autonomia frente ao mercado e ao Estado, é idealista. O autor continua por argumentar que isto acontece porque o Estado e o Capital não são esferas opostas e por isso acabam por moldar a propriedade privada da terra, a dependência do mercado, os regimes de comércio agrícola, etc.

Por outro lado, Bernstein (2014) é cético no que à operacionalização agrícola diz respeito. O autor considera irrealista a promoção da agricultura camponesa como uma alternativa sustentável, justa e ecológica viável, bem como a construção de um programa transformador à escala mundial baseado nos princípios da sustentabilidade e da justiça social. Continua por argumentar que a soberania alimentar tem uma visão romantizada dos camponeses e dos pequenos produtores. Ele considera que nem todos os camponeses recorrem a formas ecológicas ou justas, uma vez que muitos utilizam químicos, exploram mão-de-obra de terceiros, e promovem relações de desigualdade. Assim sendo, dentro do campesinato, existem dinâmicas de poder que minam a ideia de unidade.

Apesar das críticas ou falhas que possam existir no conceito de soberania alimentar, a verdade é que a sua crescente afirmação faz questionar o conceito de segurança alimentar e a possibilidade de se considerar outras dimensões na sua conceptualização. É neste contexto que surgem os conceitos de *cultural food security* (Blanchet et al., 2021; Rowe et al., 2024) e *traditional food security* (Nyholm, 2024), que destacam que a segurança alimentar não se deve reduzir apenas à disponibilidade, acesso e utilização dos alimentos, mas também à adequação cultural dos mesmos. Ambos os conceitos defendem que é imprescindível a incorporação de elementos culturais e espirituais, pela

sua centralidade no bem-estar e na autonomia das comunidades. A insegurança alimentar cultural ou tradicional ocorre quando as políticas coloniais, a degradação ecológica e a industrialização rompem a ligação entre as comunidades e os alimentos tradicionais (Blanchet et al., 2021; Rowe et al., 2024; Nyholm, 2024).

Assim, cada vez mais, tenta-se abordar o maior número de dimensões no conceito de segurança alimentar, acabando por aproximá-lo ao conceito de soberania alimentar. Contudo, a diferença entre ambos continua a residir na sua implementação. Enquanto a segurança alimentar se foca na garantia do acesso contínuo a recursos alimentares para conseguir suprir as suas necessidades fisiológicas, a soberania alimentar enfatiza o direito das comunidades de controlarem os meios de produção, a distribuição e o consumo dos alimentos, sendo, por isso, uma questão de autodeterminação cultural, económica, política, social e ambiental (Via Campesina, 1996; Via Campesina, 2000; Desmarais, 2007; Desmarais et al., 2010; Roman-Alcalá, 2016; Nyholm, 2024).

2.2. Repensar a agricultura - a agroecologia como paradigma transformador e sustentável

A visão produtivista e utilitarista do capitalismo relativamente aos alimentos subjuga as comunidades às flutuações de preços e à disponibilidade dos recursos. O agronegócio, orientado para a maximização do lucro, necessita que se encontrem formas de rentabilizar as produções, como o recurso ao plantio de múltiplas culturas na mesma área (Ninson et al., 2022).

Em contrapartida, a agroecologia revela-se como uma alternativa ao agronegócio, ao articular a sustentabilidade ambiental e a justiça social (Altieri, 1989; Gallardo-López et al., 2019). A sua transição pode ser incremental ou radical: no primeiro caso, as mudanças podem ser feitas dentro do modelo convencional agrícola e no segundo podem ser baseadas em transformações profundas nas práticas, instituições e mercados (Fiore et al., 2024).

A agroecologia passou por uma evolução conceptual ao longo do tempo. Entre as décadas de 30 e 70 era vista como ciência associada à agronomia e ecologia (Wezel et

al., 2009). Sempre associado à agricultura, nos anos 80, a agroecologia passou a incluir práticas agrícolas sustentáveis suportadas no saber tradicional e nas experiências dos camponeses, contribuindo para a gestão sustentável dos recursos naturais (Wezel et al., 2009; Gallardo-López et al., 2019). Neste período, iniciou-se a sua projeção enquanto conjunto de princípios práticos aplicáveis em contextos específicos.

A fase de consolidação político-social deu-se com a luta pela soberania alimentar por parte de movimentos como La Vía Campesina. Nesta fase, a agroecologia incorporou na sua luta a dimensão pela justiça social e económica, fortalecendo a autonomia das comunidades (Gallardo-López et al., 2019). Tornou-se, assim, numa bandeira política contra o agronegócio e a favor da democratização do sistema alimentar (Wezel et al., 2009). Este novo paradigma enfatiza a utilização de metodologias sistémicas para diagnosticar e melhorar os sistemas agrícolas (Altieri, 1989).

Atualmente, a agroecologia pode ser entendida como uma prática agrícola que promove sistemas alimentares locais, aumenta a resiliência climática e económica e reduz a dependência de meios de produção externos (Wezel et al., 2009; Altieri & Toledo, 2011; Gallardo-López, 2019). Em primeiro lugar, promove a produção e o consumo locais, o que fortalece as economias rurais e reduz a dependência dos mercados globais (Altieri & Toledo, 2011). Este processo visa dotar as localidades rurais de meios que permitam reforçar a produção de alimentos de qualidade e combater os efeitos de um sistema agroalimentar globalizado (Gallardo-López et al., 2019).

Em segundo lugar, a agroecologia promove sistemas produtivos diversificados, capazes de aumentar a resiliência face às alterações climáticas (Altieri & Toledo, 2011). Simultaneamente, é uma forma de minimizar os custos de produção, uma vez que não depende da importação de fertilizantes químicos e sementes patenteadas para a produção alimentar (Altieri & Toledo, 2011). Conscientes das especificidades e necessidades socioculturais, Martínez-Torres & Rosset (2014) fazem a distinção de três modelos agroecológicos:

1. **Modelo ecológico indígena:** A agroecologia é vista como um modo de vida intrinsecamente ligado à cosmovisão ancestral e à relação espiritual com a Mãe

Terra. Assume uma perspectiva holística que respeita o funcionamento harmonioso da Natureza, recorrendo a práticas agrícolas diversificadas adaptadas às especificidades locais e assentes nos conhecimentos ancestrais passados de geração em geração no seio da comunidade.

2. **Modelo ecológico camponês:** Entende a agroecologia como uma estratégia prática para aumentar a resiliência económica, baseada na redução de custos através do uso de recursos autóctones e da diversificação produtiva. Os saberes são passados de geração em geração no seio familiar, promovendo a autonomia e a resistência ao agronegócio, e circuitos de comercialização local.

3. **Modelo ecológico proletário:** Define a agroecologia como um mecanismo de resistência política que se acopla a um projeto socialista antagónico ao capitalismo e, em particular, ao agronegócio. Esta visão defende a transformação das relações de produção e promove a organização coletiva, assente na socialização dos meios de produção - terra, sementes e tecnologia - sob a égide da equidade socio-económica.

Apesar da existência destes três modelos, as análises realizadas ainda carecem da consideração quantitativa dos efeitos de mudanças específicas, como as promovidas pelas alterações climáticas, os impactos das dinâmicas do mercado capitalista e das políticas implementadas, entre outros aspetos (Ewert et al., 2023). A difusão de práticas sustentáveis exige a participação comunitária, capaz de criar redes de apoio mútuo e de fomentar a cooperação entre pequenos produtores (Altieri & Toledo, 2011). Esta cooperação é importante para compensar o papel do Estado ao serviço do capital - *nexo Estado-Capital* (Tilzey, 2024). Isto significa que, enquanto relação social, o Estado e o capital constituem um nexo de complementaridade: o Estado assegura as condições necessárias para a reprodução do capital e, em contrapartida, retira dele a sua legitimidade.

A participação comunitária é igualmente importante por possibilitar recorrer ao conhecimento tradicional de povos indígenas e camponeses (Holt-Giménez & Altieri, 2013). Surge, assim, um diálogo desses saberes com a ciência contemporânea (Altieri &

Toledo, 2011), com o objetivo de atingir um ponto de equilíbrio entre o passado e o presente. Esta ponte leva as comunidades a recorrer a recursos autóctones, sem ter que depender de *inputs* externos (Altieri & Toledo, 2011). Estas técnicas contribuem para a conservação dos recursos naturais e fortalecem a autonomia dos agricultores, ao reduzir a sua dependência de *inputs* externos e tecnologia de alto custo (Altieri, 1989).

Apesar da sua importância notória, Tilzey (2024) destaca a importância da compreensão do conhecimento tradicional como parte de uma luta mais ampla pela autonomia socioeconómica. O excesso de ingenuidade na compreensão do saber tradicional como uma forma simples de resistência cultural, poderá levar a uma cooptação por parte do sistema capitalista ao não questionar as bases estruturais da dependência e exploração (Tilzey, 2024).

Num momento de evolução e afirmação paradigmática, a segurança alimentar começou a dar ênfase à necessidade de dotar comunidades de meios que lhes permitam fazer face às diversas adversidades, sem nunca colocar em causa a sua segurança alimentar (Maxwell, 1996). O pensamento político dominante continua a debruçar-se sobre a combinação da ciência e da tecnologia de capital intensivo, considerando que esta junção poderia aumentar a produção alimentar e baixar os preços dos produtos, desde que acompanhada por uma maior distribuição e redução do desperdício (Lang & Heasman, 2004; Lang & Barling, 2012). Esta visão, enraizada no liberalismo, assentava na crença de que o esforço humano seria suficiente para garantir a universalização do acesso aos alimentos, sustentando que o crescimento demográfico representaria uma oportunidade e que os agricultores beneficiariam de melhores condições de vida (Lang & Barling, 2012).

Apesar de haver uma ponte entre a ciência ancestral e a ciência contemporânea, a utilização de tecnologia moderna não é acessível a todos (Bernstein, 2010). Os pequenos produtores são passíveis de serem excluídos por falta de acesso a capital e dificuldades de acesso aos mercados (Bernstein, 2010). Isto pressupõe a existência de uma desvantagem considerável na adoção da agroecologia, pelos elevados custos no investimento inicial, a falta de políticas de apoio, barreiras institucionais e de mercado (Fiore et al., 2024).

Estas desigualdades internas no campesinato revelam-se também nos movimentos de soberania alimentar, que tendem a homogeneizar as dinâmicas sociais existentes no seio do campesinato. Oya (2001) questiona esta ideia, salientando que as diferenças internas resultam, entre outros fatores, do recurso - ou não - ao trabalho assalariado e da utilização de tecnologias que ampliam a produtividade. Assim, dentro do próprio campesinato coexistem agricultores que também atuam como capitalistas, uma vez que produzem diretamente, mas recorrem à contratação de mão de obra e permanecem subordinados às lógicas de mercado. A ideia do “*average representative farmer*” (Oya, 2001) - um estereótipo médio do agricultor - conduz a leituras enviesadas das realidades agrárias e obscurece a complexidade da operacionalização da soberania alimentar enquanto projeto político (Oya, 2001).

Por outro lado, existem pequenos produtores dependentes da exportação dos seus produtos, o que resulta na sua marginalização no contexto soberania alimentar (Burnett & Murphy, 2014). O seu interesse centra-se na melhoria das condições de acesso ao mercado - aumenta do poder de negociação, proteção contra os abusos e reconhecimento dos seus direitos - e não na sua exclusão do sistema (*idem*). Assim sendo, é crucial que se entenda a complexidade das classes rurais, uma vez que existem processos invisíveis de acumulação, exclusão e resistência (Oya, 2001). Não obstante, o mundo rural, central para a reprodução do capital, funciona como uma fonte de mão de obra barata para a implementação das políticas capitalistas de maximização do lucro (Borras, 2023). Além disso, atua como mercado de escoamento secundário, necessário para resolver crises de sobreprodução e sobreacumulação (*idem*).

A subalternização da população rural, promovida pelo regime corporativista neoliberal, foi contestada pela LVC. A sua criação foi uma manifestação da agência de classe e um momento crucial na definição da política agrária multi-localizada (Borras, 2023). Relevou-se como uma plataforma de comunicação entre os membros e palco para a realização de ações conjuntas em defesa da terra, da água, das sementes e das florestas (La Via Campesina, s.d.). Além disso, a LVC mostrou que o mundo rural é a chave da economia, da ecologia e da política global, visto que qualquer análise das causas, condições e consequências dos problemas enfrentados pela Humanidade deve

considerar as zonas rurais (Borras, 2023). Por fim, a LVC demonstrou que a população rural tem agência e consegue cumprir os seus interesses de auto-representação e de implementação de políticas transformadoras (Borras, 2023). Desta forma, estas comunidades deixam de se submeter passivamente ao capitalismo global neoliberal, e passam a mobilizar-se através de múltiplas organizações e alianças em diferentes escalas (Borras, 2023).

Nesta linha de raciocínio, Bernstein (2014) surgiu como uma voz crítica da ideia idealizada do papel dos povos rurais e agrícolas. O autor argumenta que a idealização do camponês como herói e vítima passiva é tendenciosa e pouco realista. Muitos camponeses adotam práticas capitalistas de forma voluntária, com o intuito de aproveitar os benefícios de mercado, nomeadamente o lucro que daí advém (*idem*). Por outro lado, os setores mais abastados da população rural lideram movimentos e pertencem a *lobbys* que visam preservar privilégios ou assegurar regalias económico-financeiras. Assim, Bernstein (2014) questiona, também, o próprio conceito de “camponês”, que inclui uma heterogeneidade socioeconómica sem critérios claros, comprometendo a unidade do grupo.

Os movimentos de soberania alimentar, como a LVC, começaram a integrar as classes trabalhadoras rurais no processo de produção de conhecimento, promovendo a aprendizagem de pessoas para pessoas, com base na praticidade do quotidiano (Borras, 2023). Por exemplo, o método “campesino-a-campesino” é uma forma social de troca horizontal de conhecimentos focada na inovação agrícola e na disseminação de práticas agroecológicas (Martínez-Torres & Rosset, 2014). Este método impulsiona a partilha não-hierárquica de conhecimento baseado nas experiências locais e no saber popular (Altieri & Toledo, 2011; Martínez-Torres & Rosset, 2014).

No entanto, a agroecologia não está livre de cooptação, embora esta visão não seja consensual entre os teóricos. Sevilla-Guzmán e Woodgate (2012) consideram que o facto da agroecologia ter três dimensões indivisíveis - movimento sociopolítico, ciência e prática - impede que seja cooptada pela agroindústria capitalista. No entanto, Holt-Giménez e Altieri (2013) argumentam que é precisamente esta multiplicidade de

dimensões que torna a agroecologia mais vulnerável à sua associação interessada aos objetivos do capitalismo.

Desse modo, concebem-se duas alas dentro do movimento - uma mais reformista e outra mais radical. As posições antagónicas tornam a agroecologia mais vulnerável à cooptação, sobretudo através da vertente reformista, que é apropriada pelo regime alimentar corporativo como uma prática técnica e apolítica (Holt-Giménez & Altieri, 2013). A cooptação manifesta-se através da integração em iniciativas do regime e da despolitização que neutraliza a capacidade transformadora da agroecologia, adotando os seus princípios técnicos para complementar a nova Revolução Verde⁶ (Holt-Giménez & Altieri, 2013; Laforge et al., 2020).

Assim, a agroecologia e os movimentos de soberania alimentar evidenciam o potencial transformador das práticas rurais e da sua ação, ao articular sustentabilidade ambiental, justiça social e autonomia comunitária. Ao mesmo tempo, enfrentam desafios estruturais significativos, como a desigualdade no acesso a recursos, a heterogeneidade socioeconómica das populações rurais e os riscos de cooptação pelo regime alimentar corporativo.

2.3. Território e poder - o papel da terra na construção dos sistemas alimentares

A luta pela soberania alimentar está intrinsecamente ligada à terra e à sua posse, fonte de conflito há muitos séculos. Estas disputas afetam o bem-estar de inúmeras populações e a capacidade de exploração dos terrenos e os seus recursos disponíveis. O colonialismo desempenhou um papel central no processo de transformação da posse e uso da terra (Bernstein, 2010; Wittman & James, 2022). Introduziu a lógica de propriedade que divergia dos fundamentos indígena de íntima relação com a natureza

⁶ Holt-Giménez e Altieri (2013) consideram que a Nova Revolução Verde é uma nova estratégia das instituições do regime alimentar corporativo para responder às necessidades emergentes das crises alimentares globais ao procurar aumentar a produção global de alimentos e, assim, erradicar a fome no mundo. Esta estratégia depende de tecnologias avançadas e transgênicas, assim como de produtos químicos - fertilizantes e pesticidas.

mutuamente construída (Wittman & James, 2022). Este processo esteve associado a uma política coerciva que se traduziu no recurso à escravatura, à servidão por dívida ou ao trabalho assalariado coercivo (Bernstein, 2010). No entanto, o fim formal dos regimes coloniais não ditou o fim das suas estruturas agrárias desiguais e hierarquizadas e o agronegócio global substituiu as antigas empresas coloniais e as desigualdades foram perpetuadas e aprofundadas (Bernstein, 2010).

O regime dominante de propriedade liga o direito de posse privada ao acesso e uso da terra (Roman-Alcalá, 2015). A terra é vista, portanto, como um território onde os povos exercem a sua autonomia e, num contexto de posse plena, a sua autogestão (Wittman & James, 2022; Oldham et al., 2024). A sua função social implica que o direito de propriedade seja exercido de modo a contribuir para o bem comum, privilegiando a justiça social, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar da população (Horstink et al., 2024). Contudo, a associação entre soberania e controlo territorial não é consensual na literatura.

Roman-Alcalá (2016) problematiza esta ligação ao defender que a territorialidade é uma ideia que nasce da dicotomia entre as regras e a legitimidade. O autor considera que a ligação entre o poder, o controlo, a autoridade e o território é muito trivial, não sendo, por isso, uma componente necessária para a soberania. Isto acontece porque as ideias, os fluxos de capital e os recursos dissipam-se facilmente sem qualquer tipo de conexão com o território, ultrapassando os pressupostos de fronteiras territoriais fixas (Roman-Alcalá, 2016). Por conseguinte, o território revela-se como uma componente parcial da soberania (Roman-Alcalá, 2016).

No entanto, Astuti e McGregor (2016), defendem que a territorialidade é crucial para a construção da identidade de uma comunidade, como é o caso das comunidades indígenas. A afirmação de identidades étnico-culturais encontra frequentemente suporte na reivindicação da posse da terra e no recurso a tecnologias de mapeamento, utilizadas como instrumentos de legitimação e consolidação da sua presença histórica no território (Astuti & McGregor, 2016). Isto revela-se fundamental para reivindicar a sua soberania *de facto*, na medida em que essas ações reforçam a capacidade de decisão e de gestão do espaço pelos próprios povos indígenas.

Atualmente, o Estado desempenha um papel importante nas iniciativas políticas e administrativas da terra, principalmente no que diz respeito à gestão das “terras marginais disponíveis” (Borras & Franco, 2012). Através da sua ação, o Estado visa transformar a terra “escassa” e os recursos associados em fatores produtivos com um valor económico apelativo (Borras & Franco, 2012).

As reformas agrárias encetadas pelos Estados no século XX, assumiram, em linhas gerais, dois caminhos distintos: um de orientação capitalista e outro de inspiração socialista. No primeiro, procurou-se criar um mercado interno para o desenvolvimento industrial e transformar os camponeses sem terra em pequenos produtores autónomos (Via Campesina, 2000). Atualmente, essa lógica mantém-se visível nas políticas que privilegiam grandes empresas, através de contratos de longa duração e concessões destinadas a investidores privados interessados em expandir a agricultura intensiva e mecanizada (Bélières et al., 2013). As economias sujeitas a este tipo de políticas são afetadas por uma governação deficiente, assente na corrupção e na aplicação ineficaz da lei (Astuti & McGregor, 2016). Por sua vez, as reformas de carácter mais socialista permitiram uma redistribuição mais profunda, sustentada em mecanismos como a coletivização da produção e a nacionalização da terra (Via Campesina, 2000).

A concentração fundiária é um pilar para a agroindústria, uma vez que viabiliza a produção de monoculturas intensivas. Para o agronegócio, a exploração em grande escala é considerada a chave para dinamizar e impulsionar economias agrícolas consideradas “atrasadas”, mas dotadas de vastos recursos fundiários (Astuti & McGregor, 2023). A produção intensiva, baseada em monoculturas e na mecanização moderna, proporciona um retorno anual constante e previsível (Ninso et al., 2022). Neste quadro, a gestão fundiária deixa de ser apenas uma questão produtiva e passa a assumir-se como um processo eminentemente político-económico, atravessado por disputas entre corporações, Estados e comunidades locais.

Torvik (2009) faz a distinção da forma como os empresários olham para os recursos fundiários em diferentes países: em países com instituições sólidas, os recursos naturais aumentam os retornos da produção, o que incentiva o investimento capitalista; já em países com instituições frágeis, prevalece o *rent-seeking*, o que desincentiva o

investimento. Perante estas desigualdades, os movimentos de soberania alimentar têm defendido reformas agrárias redistributivas como forma de desagregar a concentração fundiária (Roman-Alcalá, 2015). É a redistribuição da terra que possibilita a produção em pequena escala, de carácter camponês, familiar e/ou coletivo, orientada para os produtos agroecológicos destinados ao consumo comunitário e aos mercados locais e domésticos (Roman-Alcalá, 2015).

Atualmente, assiste-se a uma procura incessante por terras e por água. A água, neste contexto, figura com um duplo papel: é motor da apropriação fundiária para a agricultura industrial e constitui um alvo estratégico para a produção de energia hidroelétrica ou hidráulica (Borras & Franco, 2012). Estes modelos de exploração intensiva da terra têm um impacto significativo nos recursos hídricos ligados às áreas agrícolas. O estudo de Villela et al. (2023) demonstra que os solos expostos em terrenos inclinados estão sujeitos a taxas de erosão mais elevadas. Esta realidade é bastante comum em áreas agrícolas empresariais que visam maximizar a produção, muitas vezes sem considerar práticas conservacionistas adequadas (*idem*). Assim, contrariamente ao que as empresas agroindustriais defendem, a gestão comunitária de recursos, além de ser mais ecológica (Roman-Alcalá, 2015), é importante para concretizar holisticamente a soberania alimentar.

Apesar da visão dominante da terra ser utilitarista, vários autores defendem que o direito à terra é um pré-requisito para o direito à alimentação saudável e sustentável (Borras, 2008; Oldham et al., 2024). Nessa perspetiva, a terra é entendida como um bem comum da natureza, cujo uso deve ser orientado para o bem-estar coletivo, não sendo, por isso, comerciável (Via Campesina, 2000; Oldham et al., 2024).

Partindo dessa conceção, a Via Campesina, ao contrário das instituições neoliberais ocidentais como a FAO, enfatiza a posse da terra não apenas através de direitos de propriedade individuais, mas também comunitários. Defende, ainda, a aplicação do princípio do tamanho máximo da propriedade social da terra por família, ajustado às especificidades de cada país (Via Campesina, 2000; Roman-Alcalá, 2015). Um exemplo paradigmático é o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil, que operacionalizou a redistribuição fundiária “a partir de baixo” ao ocupar milhões de hectares e ao convertê-

los em comunidades agrícolas autogeridas. De acordo com a Via Campesina (2000), movimentos como este devem ser entendidos como garantias de sobrevivência, de valorização cultural e de afirmação da autonomia comunitária.

2.4. A autogestão agrícola - entre a resistência e a autonomia

O setor agrícola tem vindo a ser marginalizado por diversos governos, contribuindo para a criação de um estigma social em torno da ruralidade. Paralelamente, os paradigmas políticos dominantes tendem a desconsiderar a participação popular ativa no quotidiano político. No entanto, têm emergido formas políticas que procuram abolir as formas de dominação, ao mesmo tempo que promovem a igualdade através de diversas estruturas de democracia participativa (Wald, 2014), surgindo como uma resposta direta à estigmatização e ao abandono institucional (Labbé, 2023).

Identificam-se três pilares centrais neste contexto: a luta contra a dominação; a ação direta e a política prefigurativa; e a preocupação com visões futuras (Wald, 2014 *apud* Graeber, 2009). Por conseguinte, esta abordagem política assenta na democracia participativa radical, orientando-se simultaneamente para o alcance dos valores e da sociedade desejados, através da criação de estruturas e da implementação de práticas que correspondam a esses princípios (Wald, 2014 *apud* Graeber, 2009). É neste paradigma que se inclui a autogestão, entendida como uma alternativa radical ao *statu quo* imposto pelo capitalismo, reivindicando a cidadania fora dos canais institucionais e dos poderes políticos hegemónicos (Labbé, 2023).

Folke et al. (2005) abordam o conceito de “governança adaptativa”, caracterizando-o como sendo um conjunto de processos e estruturas que impulsionam a gestão de sistemas socioecológicos de forma flexível, participativa e auto-organizada. Este processo assenta na coevolução de diversos autores, através do fortalecimento das redes sociais existentes e da construção de relações de confiança (*idem*). Por conseguinte, a autogestão acaba por ser uma operacionalização da governança adaptativa, uma vez que o poder e a responsabilidade são distribuídos equitativamente e suportados em relações de cooperação (*idem*).

A construção da soberania alimentar poderá incorporar diversas formas políticas, sendo a autogestão uma das mais disruptivas e pouco explorada na literatura, na medida em que questiona todos os pressupostos políticos consolidados. Esta forma de organização política defende que a soberania alimentar só pode ser alcançada sem a participação do governo e de toda a administração envolvente (Di Masso & Zografos, 2014). Neste sentido, assiste-se a uma crítica por parte das entidades autogestionárias que consideram o poder político fortemente condicionado pelos interesses do grande capital e, no caso da agricultura, pelo agronegócio (Di Masso & Zografos, 2014). Os mesmos autores argumentam que o discurso da autogestão relativiza a necessidade de integrar o setor produtivo dominante no processo, visto que se considera que os pequenos produtores, ao perceberem os benefícios das práticas autogestionárias, acabarão por se juntar ao movimento e adotar as práticas associadas.

A autogestão, do ponto de vista económico, requer a abolição do capital, da propriedade privada, do Estado, do dinheiro e do mercado (Viana, 2019). Estes fatores serão substituídos por uma planificação autogerida que orienta a produção e a distribuição de bens e serviços de forma coletiva, atendendo às necessidades humanas (*idem*). Este pensamento foi, também, desenvolvido por Chayanov (1991), que destaca que uma forma possível de promoção da socialização do trabalho e do controlo do capital seria a cooperação. Este processo resultaria numa concentração vertical, onde os camponeses assumiriam, no lugar das grandes empresas, o controlo das etapas da distribuição e comercialização dos seus produtos agrícolas (Chayanov, 1991).

Neste contexto, é relevante destacar as diversas formas de autogestão existentes. Labbé (2023) destaca quatro modalidades autogestionárias: 1) organizações territoriais de vizinhos, estruturadas, por exemplo, através de assembleia locais; 2) redes de apoio mútuo entre membros da comunidade; 3) produção autónoma de serviços, como as cantinas populares, hortas comunitárias e espaços culturais autogeridos; e 4) a apropriação do espaço urbano, com melhorias realizadas pelas próprias comunidades. Todas estas formas implicam a socialização dos meios de produção, distribuição, administração, comunicação, cultura e segurança de forma autogerida coletivamente (Viana, 2019).

A MOCASE-VC, na Argentina, é uma organização indígena-camponesa regional assente numa política de participação horizontal que, por sua vez, se baseia na tomada de decisão consensual, e desenvolve projetos direcionados ao mundo rural (Wald, 2014). Este movimento foi fundado por produtores agrícolas que tinham perdido as suas terras ou que estavam na iminência de as perder. À luz das suas especificidades, a MOCASE-VC revela-se como uma resposta às ameaças criadas pelo capitalismo, nomeadamente às disputas pela terra decorrentes dos efeitos causados pela desregulação do setor agrário argentino (Wald, 2014).

Neste contexto, a criação de modelos sustentáveis de produção e consumo independentes do poder estabelecido, fortemente apoiados em iniciativas locais e comunitárias, surge como uma estratégia complementar (Di Masso & Zografos, 2014). Trata-se de construir alternativas autónomas em relação ao poder central, baseadas na colaboração mútua com outros movimentos sociais autogeridos. Esta ideia foi materializada, por exemplo, no movimento francês Longo Maï, um grupo de cooperativas agrícolas com uma ideologia de base popular, alternativa, rural, laica e sustentável. Os membros das cooperativas de Longo Maï acreditam que a agricultura de grupo é uma alternativa à mecanização e à industrialização excessivas (Pro Longo Maï, s.d.).

Apesar das diversas experiências históricas de autogestão persiste um debate acerca da sua viabilidade prática. Um dos principais argumentos contra a autogestão passa por defender a impraticabilidade da sua implementação. No entanto, como aponta Singer (2018), a autogestão é fruto de múltiplas experiências específicas, o que implica que só conquistará a confiança da população quando houverem provas irrefutáveis da sua eficácia frente à gestão capitalista das forças produtivas (Singer, 2018). Atualmente, a autogestão opera num espaço cinzento, marcado pela tensão entre marginalização e reconhecimento, muitas vezes associada à insurreição e à transgressão das normas de sociabilidade (Gago, 2021). Ainda assim, Gago (2021) propõe que se olhe para a autogestão como uma forma duradoura e estruturalmente necessária de organização da vida coletiva.

3. Metodologia

A metodologia constitui um elemento central de qualquer investigação, na medida em que define a forma como os fenómenos serão abordados, analisados e interpretados. A escolha de métodos adequados permite não apenas garantir o rigor científico, mas também captar a complexidade dos processos passíveis de análise, revelando significados, relações de poder e dinâmicas estruturais.

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, crítica e interdisciplinar, motivada pela necessidade de compreender todas as dimensões que estruturam os fenómenos socioeconómicos e ambientais. A escolha decorre da consciência de que a complexidade da realidade social não pode ser captada somente pelos indicadores quantitativos. Estes últimos tendem a marginalizar questões que carecem de uma análise mais profunda e desconstruída, como é o caso das dimensões relacionais, históricas e culturais. Assim, para compreender as desigualdades estruturais e as possibilidades de emancipação coletiva, revela-se necessário desconstruir a questão central que vai além de números e indicadores pré-definidos, sem considerar a sua utilidade complementar.

O ponto de partida epistemológico é crítico e construtivista. Parte-se do pressuposto de que a realidade não é neutra nem estática, mas o resultado de relações de poder historicamente construídas por dinâmicas de dominação, resistência e transformação. Dada essa complexidade, a presente investigação não se cinge à descrição exaustiva da realidade, mas procura problematizar as narrativas dominantes que sustentam a ideia de que toda a gente, de uma forma ou de outra, tem acesso garantido a elementos básicos alimentares.

A dissertação estrutura-se em torno da articulação de três pressupostos teóricos principais:

1. **Crítica económica:** procura evidenciar mecanismos estruturais que contribuem para a reprodução da desigualdade. Neste âmbito, analisa-se o papel das relações de propriedade, as dinâmicas de mercados e as políticas neoliberais na

concentração de recursos e na consequente exclusão de comunidades vulneráveis.

2. **Soberania fundiária, soberania alimentar e a agroecologia:** Estas três concepções teóricas figuram-se como ferramentas conceptuais para compreender a alimentação enquanto direito fundamental, destacando, simultaneamente, a importância da sustentabilidade ecológica e da diversidade cultural na produção e consumo de alimentos.
3. **Autogestão:** constitui uma ferramenta analítica que possibilita refletir sobre formas alternativas de organização social e territorial baseada na cooperação e no fortalecimento da capacidade comunitária de tomada de decisão.

Combinam-se, então, duas estratégias principais: a análise documental e o estudo de caso - a *okupa* de Can Masdeu. No que se refere à análise documental, optou-se pelo recurso à literatura académica e a estatísticas oficiais sobre questões alimentares e políticas fundiárias e ambientais. Para o efeito, recorreu-se, maioritariamente, à Scopus e à Web of Science e a diversos repositórios para a recolha de material. Após a leitura e análise individual das fontes, procedeu-se a uma análise comparativa, que permitiu fortalecer a argumentação em torno do acesso à terra e a uma alimentação saudável, equilibrada e financeiramente acessível. As perspectivas presentes no artigo de Ewert et al. (2023), foram a base de análise do cumprimento agroecológico, como um meio para atingir o objetivo final de soberania alimentar. A escolha deste enquadramento pautou-se pela forma crítica e desconstruída que os autores dispõem no seu artigo.

Paralelamente, o estudo de caso pretende identificar práticas comunitárias que ilustram formas de resistência e organização separadas dos poderes políticos hegemónicos. A escolha da *okupa* de Can Masdeu justifica-se pela sua durabilidade e pelo seu impacto social positivo. Considerando que a realização de trabalho de campo se revelou insustentável, a análise suportou-se essencialmente em fontes secundárias, em particular publicações comunitárias e registos audiovisuais realizados pela própria *okupa* ou pessoas que já a visitaram.

Estas escolhas metodológicas implicam, contudo, certas limitações. Em primeiro lugar, reconhece-se que o recurso a uma abordagem qualitativa e crítica pode dificultar o enquadramento da análise nos pressupostos científicos universalmente aceites. Isto acontece porque pode ser considerada uma análise vaga e demasiado ideológica, sem grande suporte em indicadores. Por outro lado, a dependência de fontes secundárias disponíveis *online*, podem gerar lacunas na recolha de dados e limitar a análise, sobretudo quando comparada com a realização de trabalho de campo.

4. Cultivar a Resistência - o projeto de Can Masdeu

Este capítulo apresenta uma análise crítica dos dados recolhidos, à luz do quadro teórico previamente apresentado. Tendo por base a hipótese de que o sistema de redistribuição alimentar desfavorece comunidades vulneráveis, pretende-se entender como estas populações resistem às dinâmicas político-económicas que sustentam a desigualdade existente.

A discussão orienta-se segundo uma análise das condições socioeconómicas do distrito de Nou Barris, em Barcelona, e pelo fortalecimento de iniciativas comunitárias, como a *okupa* de Can Masdeu. Ao articular os dois pontos com os conceitos de soberania alimentar, autogestão e agroecologia, procura-se evidenciar as tensões existentes entre o modelo institucional e formal de redistribuição e as respostas populares às fragilidades existentes.

A análise propõe um olhar crítico que problematiza os limites das políticas públicas e da capacidade governativa de dar resposta às necessidades dos cidadãos do distrito de Nou Barris.

4.1. O sistema redistributivo em Barcelona - Nou Barris

Situada na Catalunha, a cidade de Barcelona caracteriza-se por ter uma identidade catalã fortemente enraizada, a par de uma tradição marcante de movimentos sociais e urbanos alternativos. Embora a cidade seja composta por dez distritos, o foco do presente trabalho é o distrito de Nou Barris.

Nou Barris é considerado um dos distritos mais pobres, além de ser reconhecido pela significativa presença de comunidades migrantes. As suas atuais características socioeconómicas encontram raízes no processo histórico da sua formação. Nos anos 50, milhares de pessoas migraram de outros sítios de Espanha para Barcelona, à procura de uma vida melhor (RTVE, 2011). Foram obrigados a estabelecer-se nas periferias da cidade, onde construíram a sua própria casa de raíz (RTVE, 2011).

Nou Barris foi uma das zonas onde mais pessoas se fixaram, apesar das condições de vida que ali se verificavam. A ausência de investimento por parte do governo municipal traduzia-se na carência de infraestruturas básicas, como eletricidade, água e iluminação pública (RTVE, 2011). No entanto, foi através da ação coletiva dos seus habitantes que o distrito se consolidou, dando origem a uma sólida tradição de organização comunitária e de mobilização popular de luta dos seus interesses.

Atualmente, Nou Barris é o distrito com o nível socioeconómico mais baixo da cidade. De acordo com o *Institut d'Estadística de Catalunya* (2025), a renda média de todos os bairros de Nou Barris é de 11 790€ anuais, enquanto a média de todos os bairros de Barcelona é de 18 404€ para o mesmo período de tempo (**Tabela 1**). A diferença entre o Bairro mais rico - Les Tres Torres, com 30 284€ de renda média anual - e o mais pobre - Ciutat Meridiana - é mais de 21 000€ anuais por pessoa (*Institut d'Estadística de Catalunya*, 2025).

Tabela 1. Renda média por pessoa (€) - Bairros de Nou Barris, Barcelona, 2022

Bairros	Valores médios anuais
Vilapicina i la Torre Llobeta	15 437,00
Porta	13 638,00
El Turó de la Peira	11 492,00
Can Peguera	10 991,00
La Guineueta	15 594,00

Canyelles	14 649,00
Les Roquetes	10 612,00
Verdun	11 483,00
La Prosperitat	12 822,00
La Trinitat Nova	10 281,00
Torre Baró	9 899,00
Ciutat Meridiana	8 913,00
Vallbona	10 132,00
La Trinitat Vella	9 957,00
Baró de Viver	10 138,00
El Bon Pastor	12 614,00
Média de Nou Barris	11 790,00
Média de Barcelona	18 404,00

Fonte: *Institut d'Estadística de Catalunya*⁷

Por outro lado, quando analisado no contexto da Catalunha, o limiar de risco de pobreza continua a indicar a precariedade que se vive em Nou Barris (**Tabela 2**).

Tabela 2. Limiar de risco de pobreza, Catalunha, 2022-2024 (Limiar em €)

Ano	1 adulto	1 adulto + 1 criança	1 adulto + 2 crianças	2 adultos	2 adultos + 1 criança	2 adultos + 2 crianças
2024	13 311,2	17 304,6	21 298,0	19 966,9	23 960,2	27 953,6
2023	12 564,2	16 333,4	20 102,7	18 846,3	22 615,5	26 384,8

⁷ <https://www.idescat.cat/pub/?id=ist&n=14075&geo=mun:080193> acedido a 27 de julho de 2025

2022	11 840,6	15 392,8	18 945,0	17 760,9	21 313,1	24 865,3
-------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Institut d'Estadística de Catalunya⁸

Um adulto sem mais nenhum elemento no seu agregado familiar, que tenha um rendimento inferior a 13 311€ anuais, encontra-se no limiar da pobreza. A análise dos dados relativos à cidade de Barcelona, revela que grande parte dos bairros em situação de risco elevado de pobreza individual pertencem ao distrito de Nou Barris - Ciutat Meridiana, Torre Baró, La Trinitat Vella, Les Roquetes, Can Peguera, La Trinitat Nova, Verdun e El Turó de la Peira⁹.

Para além destes rendimentos limitados, importa também considerar o peso do custo de vida nos orçamentos familiares, com especial incidência nas despesas básicas alimentares. Nesse sentido, Barcelona destaca-se, no contexto espanhol, por apresentar o custo de mercearia mais elevado. O *Grocery Index* do Instituto de Investigação do *Deutsche Bank*, que compara cabazes de compras de cada país, tendo como referência a cidade de Nova Iorque, evidencia essa diferença. De acordo com os dados do instituto de Investigação do *Deutsche Bank* (2025), Barcelona tem um custo de mercearia de 55,10%, enquanto que Madrid tem um custo de mercearia de 53,77%. Além disso, os produtos de mercearia em Barcelona, em média, são mais caros que a média nacional (Tabela 3).

Tabela 3. Comparação dos preços dos produtos alimentares básicos, 2025¹⁰

Produto	Preço em Barcelona	Média Nacional	Diferença
Peito de frango (1kg)	7,72	7,31	+0,41

⁸ <https://www.idescat.cat/indicadors/?id=basics&n=10411> acedido a 27 de julho de 2025.

⁹ A análise foi feita considerando os dados do limiar da pobreza para o ano de 2022. Os demais anos são apresentados de forma complementar, a fim de oferecer uma compreensão mais ampla da evolução dos valores ao longo do tempo.

¹⁰ Esta comparação tem um carácter sobretudo indicativo, podendo apresentar algumas incongruências de ordem monetária, na medida em que há uma discrepância temporal entre as bases de dados utilizadas. Com efeito, os dados referentes a Barcelona foram atualizados em agosto de 2025, enquanto os dados a média nacional espanhola foram atualizados pela última vez em maio de 2025.

Ovos (12 unidades)	3,07	2,61	+0,46
Tomate (1kg)	2,39	2,22	+0,17
Batata (1kg)	1,64	1,56	+0,08
Cebola (1kg)	1,62	1,66	-0,04
Alface (1 pé)	1,27	1,13	+0,14
Maçã (1kg)	2,36	2,13	+0,23
Banana (1kg)	1,96	1,75	+0,21
Laranja (1kg)	1,87	1,79	+0,08
Leite (1 litro)	1,07	1,05	+0,02
Pão branco (500g)	1,65	1,35	+0,30
Arroz branco (1kg)	1,57	1,42	+0,15
Água (1,5L garrafa)	0,78	0,66	+0,12

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base na comparação entre os dados do site Numbeo¹¹ e Precios Mundi¹²

A conjugação dos dados anteriormente apresentados - reduzido poder financeiro familiar e elevados preços dos produtos alimentares básicos - aumenta significativamente a propensão à insegurança alimentar¹³. Esta realidade decorre das limitações estruturais no acesso económico-financeiro aos alimentos, comprometendo

¹¹ <https://pt.numbeo.com/custo-de-vida/cidade/Barcelona> acedido a 17 de agosto de 2025.

¹² <https://pt.preciosmundi.com/espanha/precos-supermercado> acedido a 17 de agosto de 2025.

¹³ A segurança alimentar é utilizada neste contexto como um instrumental analítico, uma vez que é definida e utilizada por instituições internacionais como o Banco Mundial e a FAO. Este conceito é mais oportuno quando se pretende analisar dimensões como a pobreza, a precariedade laboral, etc. Por sua vez, a soberania alimentar, com a sua dimensão vincadamente mais política e normativa, não permite enquadrar o grau de privação alimentar de acordo com as normas institucionais de análise.

não apenas a disponibilidade física dos mesmos, mas também a sua qualidade nutricional e adequação cultural (FAO, s.d.)¹⁴. Por outro lado, como McMichale (2009) aponta, esta dificuldade de acesso aos alimentos, que poderá ser parte integrante de um momento de crise do sistema, é fruto do fim da era de abundância de alimentos baratos, da segunda metade do século XX. A escassez de recursos financeiros restringe a capacidade dos indivíduos e agregados familiares de adquirirem alimentos seguros e nutritivos. Neste contexto, a vulnerabilidade socioeconómica torna-se um fator catalisador da insegurança alimentar, agravando desigualdades já existentes e perpetuando ciclos de exclusão social e nutricional.

A inacessibilidade aos alimentos necessários vai além da aquisição dos mesmos. O problema é mais complexo, uma vez que a aquisição não considera a origem dos alimentos. Como Silva et al. (2024) argumentam, a segurança alimentar acaba por promover um sistema de mercado orientado para o comércio global, o que depende fortemente de importações. Essa dependência expõe os cidadãos mais vulneráveis às dinâmicas de mercado (*idem*). Os autores continuam por argumentar que esta abertura e dependência poderá inviabilizar a autonomia das comunidades sobre os seus recursos alimentares.

Para o efeito, é preciso implementar um sistema onde a soberania alimentar é dominante. Não descurando a importância da utilização do conceito de segurança alimentar para efeitos de análise e enquadramento nos parâmetros utilizados pelas organizações internacionais, a verdade é que a inacessibilidade dos alimentos, a fome e a desnutrição são muito mais complexas do que o seu enquadramento em indicadores. Como Nyholm et al. (2024) argumentam, a segurança alimentar é importante para garantir e analisar a condição de acesso contínuo a alimentos necessários para o sustento humano, enquanto que a soberania alimentar implica um controlo e uma autonomia sobre os processos de produção, troca e consumo de alimentos.

¹⁴ McMichale (2009) argumenta que durante este período, assistiu-se a um fortalecimento da economia global de circulação de alimentos baseado numa série de contradições ecológicas - degradação ambiental - e sociais - dependência dos combustíveis fósseis e um impacto prejudicial de alimentos ultraprocessados na saúde dos consumidores.

É neste contexto que o papel da *okupa* de Can Masdeu representa uma esperança concreta para os habitantes de Nou Barris. O projeto localizado no *Vall* de Can Masdeu, na cordilheira de Collserola, afirma-se como uma alternativa viável à precariedade sentida, seja a nível alimentar, seja a nível social e político. Como defendem Smessaert e Feola (2023), a verdadeira autonomia só pode emergir fora das estruturas hegemónicas de poder.

4.2. Can Masdeu - a génese da *okupa*

No passado, quando a lepra se configurava como uma doença epidémica, foram construídas infraestruturas para dar resposta às necessidades do momento. O Hospital de Sant Llàtzer, localizado no Vall Can Masdeu, foi uma das muitas construções para o efeito. No entanto, na década de 60, foi ordenado o seu encerramento, tendo ficado ao abandono durante 40 anos.

É num contexto de degradação das infraestruturas de Can Masdeu e de um despertar da consciência ambiental que, em 2001, a Masia abandonada de Can Masdeu foi *okupada* por um grupo de ativistas pertencentes ao movimento anti-globalização¹⁵ (Horlings, s.d; Ross & Rein, 2015). O principal objetivo da *okupa* era a organização de uma conferência que permitisse sensibilizar a população para as questões relacionadas com as alterações climáticas (Horlings, s.d).

Em 2002, após a *okupa* se ter fixado no local, a Câmara Municipal emitiu uma ordem de despejo (Redacción, 2006). Na origem desta ação estava a intenção da Fundação patrimonial do Hospital de Sant Pau¹⁶ de vender parte da propriedade a uma entidade privada (Redacción, 2006). Perante esta intenção de venda, surgiram momentos de intensa contestação e resistência. Os atos de resistência pacífica, que se prolongaram por três dias, deram visibilidade ao movimento, e nem a força impetuosa das forças

¹⁵ Os ativistas que vinham deste movimento beberam inspiração do movimento Zapatista, que defendia ferozmente a autodeterminação dos povos e a justiça social.

¹⁶ O edifício é propriedade de um consórcio formado pela Câmara Municipal de Barcelona, a Generalitat de Catalunya e a Igreja - representada pelo Hospital de Sant Pau.

policiais foi capaz de demover os ativistas (Redacción, 2006; Horlings, s.d). No fim, a juíza concluiu que “o direito à vida prevalecia sobre o direito à propriedade” (La Klave, 2016).

Todo este processo de resistência teve um forte apoio dos habitantes de Nou Barris. O trabalho social que a *okupa* desempenhou na vizinhança contribuiu para o desenvolvimento e consolidação de uma rede de confiança e solidariedade entre a vizinhança (La Klave, 2016). A emergência deste novo sistema, marcado por redes de confiança e solidariedade descentralizadas, revela-se como uma governança adaptativa (Folke et al., 2005) face às circunstâncias. É uma estrutura de coordenação social que se auto-organiza, aprende, inova e ajusta de forma coletiva (*idem*). A partilha da terra, por exemplo, funciona como um mecanismo de reforço da legitimidade social e política do movimento, promovendo simultaneamente benefícios coletivos e o bem-estar da comunidade.

O apoio da comunidade e a consolidação de redes de confiança permitiram que o movimento *okupa* de Can Masdeu se organizasse de forma complexa e estruturada, abrangendo múltiplos focos de ação. A estrutura da *okupa* assenta sobre cinco iniciativas que funcionam de forma interligada e complementar: a *Casa dels Futurs*; as *Horts Comunitaris*; os *Regenerades*; o *Punt d’Interacció de Collserola* (PIC) e a *Comunitat*.

A *Casa dels Futurs* é um projeto construído em torno da promoção da interseccionalidade entre diversos movimentos sociais e ambientais. Funciona também como uma campanha para a criação de um Centro de Justiça Climática e uma Escola de Movimentos no Hospital abandonado de Sant Llàtzer, no Vall de Can Masdeu¹⁷. Para atingir os seus objetivos de mudança social transformadora, a *Casa dels Futurs* orienta-se em torno de três eixos: a resiliência climática, a solidariedade global e a escola de movimentos¹⁸.

As *horts comunitaris*¹⁹ constituem um movimento de reapropriação, por parte da população local, de terras abandonadas. Revelam-se como um ponto de encontro que

¹⁷ <https://www.casafuturs.org/ca/about-us/> acedido a 4 de junho de 2025.

¹⁸ <https://www.casafuturs.org/ca/> acedido a 15 julho de 2025.

¹⁹ <https://canmasdeu.net/ca/huertos-comunitarios/> acedido em 4 de junho de 2025.

desenvolve a experiência comunitária de autoaprendizagem produtiva que permita suprir as necessidades alimentares diárias com produtos frescos, locais e orgânicos.

Os *regenerades* são um grupo de voluntários que se reúnem todas as quintas-feiras para trabalhar a terra e levar a cabo projetos de reparação (Horlings, s.d). Este grupo opera em dois níveis organizacionais interligados: um comité de trabalho comunitário, que organiza o calendário de plantio e garante a irrigação das hortas, e uma assembleia, onde se desenvolvem projetos regenerativos complementares²⁰.

O PIC, enquanto centro social autogerido de Can Masdeu, organiza semanalmente um conjunto diversificado de atividades - como oficinas de música, assembleias de outros movimentos sociais e ecológicos, etc. - abertas a todos os interessados (Gambirasi et al., 2025). A sua programação aborda diversas áreas, como a agroecologia, permacultura, autogestão da saúde, dança, teatro, ecologia política, lutas sociais e pensamento crítico em geral, entre outras²¹. O Centro tem ainda recursos permanentes como a Biblioteca, a Free Shop, o Banco de sementes e o Quadro de Avisos²².

Por fim, a *Comunitat* de Can Masdeu é constituída pelos moradores da Masia, que administram coletivamente o espaço e integram diversas iniciativas²³. Trabalham com recursos naturais locais e tecnologias acessíveis, ao mesmo tempo que simplificam, coletivizam e escolhem opções de consumo que co-gerem economias transformadoras²⁴. A organização do trabalho realiza-se semanalmente, distribuindo tarefas reprodutivas em comissões, assembleias e espaços dedicados aos cuidados relacionais²⁵.

4.3. A resistência em movimento - o dia a dia em Can Masdeu

A *okupa* de Can Masdeu configura-se como um movimento reivindicativo gerido pela comunidade. Destaca-se por ter uma gestão agroecológica do território, abrangendo

²⁰ <https://canmasdeu.net/ca/regenerades/> acedido a 9 de agosto de 2025.

²¹ <https://canmasdeu.net/ca/centro-social/> acedido a 5 de junho de 2025.

²² <https://canmasdeu.net/ca/centro-social/> acedido a 5 de junho de 2025.

²³ <https://canmasdeu.net/ca/comunidad/> acedido em a 11 de julho de 2025.

²⁴ <https://canmasdeu.net/ca/comunidad/> acedido em a 11 de julho de 2025.

²⁵ <https://canmasdeu.net/ca/comunidad/> acedido em a 11 de julho de 2025.

não só Can Masdeu, mas todo o território de Collserola (Coòpolis, 2024). Assim, pela sua natureza e de acordo com os pressupostos definidos por Roman-Alcalá (2017), pode ser considerada como um movimento de soberania alimentar.

Este compromisso com a soberania alimentar e a gestão sustentável do território, traduz-se na prática de uma economia alternativa assente na desmonetização e na coletivização dos recursos (Coòpolis, 2024). Para conseguir cumprir o ideal de desmonetização, o voluntariado assume um papel central. O trabalho desenvolvido orienta-se para um fim coletivo, dispensando a formalização de contratos de trabalho com uma base salarial desnecessária. Como destacou Martin, um dos membros da *okupa*, “não é o quanto se pode consumir ou o quanto se gasta, mas sim a qualidade de vida, e isso é uma das coisas mais difíceis de explicar se não se poder realmente ver” (Ross & Rein, 2015).

A prática do voluntariado em Can Masdeu transcende a mera substituição do trabalho remunerado, inserindo-se num projeto coletivo alinhado com a desmonetização e a construção de alternativas ao modelo capitalista. Em contraste, nas sociedades ocidentais verifica-se uma crescente banalização do voluntariado, frequentemente apropriado por entidades capitalistas. No entanto, em Can Masdeu, o voluntariado emerge da vontade de proteger o território, constituindo uma forma de resistência à urbanização crescente, ao mesmo tempo que promove modos de vida alternativos. Os voluntários são, portanto, recompensados por meio de recursos coletivos ou pela disponibilização de bens produzidos na comunidade (Viana, 2019). Deste modo, o valor do trabalho é avaliado pelo impacto social e ambiental que produz, sendo sempre orientado por uma ética de cuidado recíproco.

Em consonância com a defesa de uma economia alternativa, a organização económica de Can Masdeu baseia-se, sempre que possível, em trocas diretas, doações, reciclagem de materiais e uso comum dos recursos existentes (Enriquez’Arte Barcelona, 2023; RTVE, 2011). Esta característica evidencia a resistência da *okupa* perante a dominação exercida pelos poderes do capital (Viana, 2019), privilegiando formas coletivas e solidárias de sustento. Todavia, a sustentabilidade do projeto depende inevitavelmente de recursos financeiros - além dos apoios dos simpatizantes, os habitantes contribuem

com 100 euros mensais (Gambirasi et al., 2025), destinados a cobrir despesas como limpeza doméstica, comunicações e manutenção dos veículos coletivos (RTVE, 2011). As restantes despesas são supridas recorrendo aos lucros provenientes de festas na Masia, crowdfunding ou serviços de catering ecológico (Gambirasi et al., 2025).

A abertura à comunidade e a vinculação do projeto ao trabalho comunitário promovem uma participação popular ativa, orientando a gestão do *Vall* de Can Masdeu de acordo com uma lógica de gestão pública (Coòpolis, 2024). Além de construir uma reação à precariedade da ação política no domínio ambiental, esta gestão reafirma que o espaço e os recursos disponíveis são bens coletivos, não sujeitos à privatização nem à mercantilização. Isto permite respeitar os ciclos naturais e restabelecer a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente.

Embora o movimento *okupa* seja caracterizado pela espontaneidade e pela ausência de uma base legal consolidada, o seu impacto social confere-lhe legitimidade para continuar a operar nos moldes atuais, evitando despejos como o ocorrido em 2002.

4.4. Can Masdeu como um laboratório-vivo revolucionário

4.4.1. A relação com a Terra

O controlo da terra está intrinsecamente ligado ao poder e ao privilégio (Wittman & James, 2022). No Ocidente, a terra encontra-se sob o controlo de entidades privadas, como grandes proprietários e corporações, ou do Estado (Torvik, 2009; Bélières et al., 2013; Tilzey, 2024). A sua utilização, direcionada para fins lucrativos, serve apenas um núcleo de pessoas - a elite (Roman-Alcalá, 2015; Wittman & James, 2022). É neste contexto que movimentos como a *Okupa* de Can Masdeu desconstroem o pressuposto de propriedade, propondo uma abordagem mais holística e comunitária.

Antes da *okupação* formal da Masia de Can Masdeu e todo o terreno envolvente, algumas pessoas - principalmente de Nou Barris - frequentavam o *Vall* para passear e fazer caminhadas (Ross & Rein, 2015). Com o passar do tempo, e face às necessidades que foram surgindo, alguns destes visitantes e vizinhos acabaram por ocupar e cultivar parte da terra (Ross & Rein, 2015). Assim, quando os ativistas da *okupa* chegaram, já

existiam iniciativas espontâneas e informais de cultivos nos troços de terra de Can Masdeu (Ross & Rein, 2015).

Algumas destas pessoas, grande parte provenientes de Nou Barris, demonstraram interesse pelos ideais e pelas ações da *okupa* formal de Can Masdeu. Dessa interação nasceu um grupo informal de trabalho (Ross & Rein, 2015), que foi o impulso que permitiu estruturar as hortas comunitárias de Can Masdeu. A marginalização histórica da população de Nou Barris conferiu a esta aliança um caráter de agência social, constituindo um pequeno, mas significativo, contributo para o questionamento das políticas agrárias e da noção de propriedade exclusiva (Wittman & James, 2022).

Face ao panorama atual, Can Masdeu pode ser considerado “um paraíso de classe média” (Martin *apud* Ross & Rein, 2015), uma vez que dispõe de terra cultivável em abundância e um amplo espaço físico para o desenvolvimento de um estilo de vida autónomo e autossuficiente (Ross & Rein, 2015). O projeto adota uma perspetiva que reconhece a Terra como um sujeito de direitos e agência, em contraste com a visão instrumental e mercantilista predominante no setor primário (Ross & Rein, 2015). Esta conceção, vinculada a um estilo de vida sustentável, é central para a concretização do ideal de soberania alimentar (Desmarais et al., 2010). A população visada deixa de estar submetida às dinâmicas corporativistas e comerciais e passa a ser um sujeito ativo na luta contra o sistema redistributivo alimentar e a política agrária atual.

Reconhecer a Terra como sujeito, e não como objeto de exploração, constitui um gesto político e ético que subverte a lógica capitalista dominante no setor primário (Desmarais et al., 2010; Roman-Alcalá, 2015; Wittman & James, 2022). Esta mudança de paradigma implica reconhecer que o solo, a água e os ecossistemas não são meros recursos, mas entidades vivas com as quais as comunidades estabelecem vínculos de reciprocidade, cuidado e pertença (Alfred, 2001; Desmarais et al., 2010). Essa perspetiva propõe uma relação espiritual e comunitária com o território, baseada em obrigações e responsabilidades, e não em direitos exclusivos (Alfred, 2001).

A luta pela terra sob o lema “a terra para aqueles que a regeneram”²⁶ constitui um passo importante na garantia do acesso aos alimentos para todos aqueles que apoiam a causa. Ao reconhecerem a terra como um pré-requisito indispensável para a produção alimentar, os integrantes da *okupa* de Can Masdeu comprometem-se a manter uma relação harmoniosa com a natureza, respeitando sempre os seus ciclos e as suas necessidades.

Por conseguinte, pode-se equacionar a existência de uma reforma agrária numa pequena escala e localizada. Desde o início do movimento até à atualidade, assistiu-se a uma transformação profunda na política ambiental e agrícola praticada no *Vall*. A partir do momento em que a terra deixa de ser um objeto de exploração e passa a ser um sujeito de relação, como defendem Astuti e McGregor (2023) e Alfred (2001), as comunidades podem construir modelos de produção e consumo que respeitam os ciclos naturais, valorizam os saberes locais e promovem a justiça social.

De uma situação de abandono, Can Masdeu passou a ser palco de uma ocupação organizada, que implicou a apropriação da terra e a sua divisão entre os membros da comunidade (Ross & Rein, 2015). Esta repartição, orientada por princípios de justiça social e equidade, propiciou a gestão coletiva dos recursos e da produção agrícola, assegurando a autonomia face aos poderes centrais.

A assembleia das hortas comunitárias constitui o espaço onde a gestão coletiva se materializa. Todos os assuntos relativos às hortas e à produção de alimentos são discutidos de forma participativa e, quando for o momento, as decisões são tomadas em conjunto (Ross & Rein, 2015).

4.4.2. A luta pela soberania alimentar

A centralidade das hortas comunitárias

A soberania alimentar depende do acesso à terra como condição ideal para produzir alimentos saudáveis e ecológicos, ao mesmo tempo que salvaguarda a autonomia dos

²⁶ <https://www.verkami.com/locale/ca/projects/36934-la-terra-per-qui-la-regenera-vall-de-can-masdeu> acedido a 9 de abril de 2025.

indivíduos para produzir e consumir alimentos saudáveis, ecológicos e culturalmente adequados (Via Campesina, 1996; Desmarais, 2007 Desmarais et al., 2010; Roman-Alcalá, 2017; Rowe et al., 2024) Assim, uma vez garantido o controlo comunitário da terra, abre-se caminho para a construção efetiva da soberania alimentar. Para o efeito, torna-se indispensável o reconhecimento e a valorização social dos seus princípios fundadores. Sem uma legitimação social ampla e transversal, a soberania alimentar permanece vulnerável à marginalização política e à desvalorização institucional, o que compromete a sua implementação prática.

As instituições políticas convencionais têm um papel central na legitimação de processos sociopolíticos. A ausência de um reconhecimento político formal, poderá levar à marginalização de ações coletivas auto-organizadas. Tal alienação decorre do facto da soberania ser relacional e construída coletivamente (Roman-Alcalá, 2016). Quando as instituições políticas formais não reconhecem estas expressões de soberania popular, instala-se um conflito entre a legalidade instituída e a legitimidade social, gerando tensões que podem escalar para formas de resistência ou desobediência civil (Roman-Alcalá, 2016).

Neste sentido, a Câmara Municipal de Barcelona passou a reconhecer a importância da agricultura urbana enquanto instrumento de emancipação socioeconómica dos indivíduos, ao propor a sua integração na *Estratègia D'Agricultura Urbana a la Ciutat de Barcelona 2019-2030* (EAU). Além disso, baseia a *Estratègia* em princípios de democracia participativa e em modelos agroecológicos. As hortas, nas suas diversas modalidades, configuram-se como um mecanismo importante para a concretização da agricultura urbana, contribuindo para a garantia da segurança alimentar numa primeira instância e, de uma forma mais abrangente e estrutural, para a construção da soberania alimentar.

Na EAU (2019) as hortas comunitárias são descritas como iniciativas de agricultura que nascem da vontade popular da existência de um espaço agrícola autogerido, aos quais se associam igualmente fins sociais e políticos. Assim sendo, este tipo de hortas representa uma expressão concreta de soberania alimentar, na medida em que promovem a produção local, ecológica e coletiva dos alimentos. Mais do que espaços

de cultivo, são territórios de resistência e de construção de alternativas ao modelo agroalimentar dominante.

No caso de Can Masdeu, as hortas comunitárias não são uma experiência propriamente urbana. Ao invés, os participantes consideram-nas uma experiência “rurbana”, dado que não estão localizadas num espaço totalmente urbano nem rural (RTVE, 2011). Não obstante, a especificidade territorial não altera os mecanismos de análise, até porque, neste caso, são os habitantes dos bairros de Nou Barris que têm um papel ativo no cultivo e gestão destas hortas.

Mais do que a sua classificação territorial, é preciso compreender a essência destas hortas e o contexto da sua criação, aspetos fundamentais para as enquadrar num processo de emancipação face ao poder político ou corporativo. Roman-Alcalá (2016) defende que, na génese da soberania alimentar, estão inscritas tensões entre diferentes grupos. No caso de Can Masdeu, identificam-se dois tipos de tensões distintas que, ao convergirem, originam um movimento singular. De um lado, a tensão entre os ativistas da *okupa* de Can Masdeu e as entidades capitalistas, responsáveis pela ruptura dos ciclos harmoniosos da natureza. Do outro, a tensão entre os habitantes de Nou Barris e o poder político, fruto da marginalização a que foram sujeitos.

É a partir destas tensões que se procuram construir alternativas viáveis ao sistema dominante, assente nas desigualdades e na sobreexploração do meio ambiente. A *okupa*, enquanto movimento, constitui um ato de desobediência civil consciente, sustentado em visões coletivamente construídas em completa harmonia com o meio envolvente. É a vontade de demonstrar que o coletivo consegue controlar os meios de produção agrícola e garantir a sua autossuficiência.

A relação holística entre a agroecologia e a soberania alimentar

A gestão das hortas comunitárias molda todo o projeto de Can Masdeu com base nos critérios agroecológicos. Como apontam Altieri e Toledo (2011), a agroecologia fomenta o desenvolvimento de sistemas alimentares locais, reforçando a autonomia das comunidades. Ao privilegiar práticas agrícolas sustentáveis e ajustadas ao contexto, esta

abordagem maximiza a capacidade de resposta face a perturbações climáticas e económicas. Ademais, ao depender de recursos endógenos, a agroecologia reduz a dependência de *inputs* externos, favorecendo uma produção mais resiliente, acessível e socialmente justa.

Como Ewert et al. (2023) demonstram, a agroecologia evoluiu enquanto paradigma, passando a considerar todo o sistema alimentar - desde o momento da produção até ao consumo. O horizonte temporal contemplado nas análises, também se amplia. Este passa a ser variável, podendo abranger períodos curtos ou longos. Por conseguinte, a agroecologia fornece os meios práticos para a concretização do ideal de soberania alimentar enquanto movimento político e social.

A participação comunitária desempenha um papel crucial na articulação entre o conhecimento tradicional e o saber científico, permitindo alcançar um ponto de equilíbrio que se traduz na autossuficiência das comunidades (Altieri & Toledo, 2011; Holt-Giménez & Altieri, 2013). Este processo reduz a dependência de recursos externos e de soluções extremas, promovendo uma gestão mais sustentável e resiliente dos sistemas produtivos. Segundo Altieri e Toledo (2011), esta integração constitui a chave para respeitar os equilíbrios naturais, ao mesmo tempo que maximiza os benefícios sociais, económicos e ecológicos. Ao integrar os saberes locais com a ciência contemporânea, promove-se o aprimoramento da qualidade dos produtos, o fortalecimento dos vínculos comunitários e o aumento da resiliência climática, tornando as populações menos vulneráveis às adversidades ambientais.

A agroecologia é uma abordagem que procura tornar os sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis, justos e resilientes. Como Ewert et al. (2023) demonstram, este paradigma tem evoluído, passando a considerar todo o sistema alimentar - desde o momento da produção até ao consumo - e não apenas o cultivo em si. Ademais, o próprio período de tempo contemplado nas análises, passa a ser variável, podendo ser num curto prazo ou a longo prazo.

Gambirasi et al. (2025) argumenta que a *okupa* recorre à agroecologia regenerativa, a qual adota uma postura ecológica com foco na sustentabilidade dos sistemas. A ecologia

regenerativa é vista como uma ciência abrangente, que ultrapassa a mera produção alimentar. Assim sendo, com base em Francis et al. (1986), da Silva et al. (2020) e Albert et al. (2021), a agricultura regenerativa pode ser caracterizada como um sistema de gestão agrícola que procura restaurar e fortalecer a saúde do solo, a biodiversidade, os ciclos da água e os ecossistemas como um todo, ao mesmo tempo que promove a resiliência e a sustentabilidade a longo prazo.

Este sistema privilegia práticas que reduzem ou eliminam fertilizantes químicos, recorrendo a recursos naturais internos, como resíduos de culturas, esterco e outros materiais orgânicos para melhorar a fertilidade do solo e controlar pragas (Francis et al., 1986). A maximização dos recursos disponíveis, sem comprometer o equilíbrio ambiental, pode ser observada nas práticas adotadas pelos moradores de Can Masdeu. Na Masia, existe uma casa de banho seca que transforma os dejetos humanos em fertilizante natural (RTVE, 2011). Para tal, os excrementos são combinados com serrim e terra, sendo posteriormente depositados num compartimento ventilado por uma chaminé, onde passam por um processo natural de secagem que elimina bactérias patogénicas (RTVE, 2011). O composto resultante é utilizado como adubo para árvores, uma vez que não é recomendado culturas de consumo direto.

Neste mesmo espírito, a produção alimentar em Can Masdeu emerge como um eixo central da sua prática autogestionária. A produção alimentar torna-se, assim, um instrumento de soberania, onde a terra é regenerada por quem dela cuida, e os frutos são repartidos segundo princípios de solidariedade e justiça.

O papel da *okupa* vai além da construção da soberania alimentar orientada apenas para a produção alimentar. Borrás (2023) sublinha a importância de envolver as comunidades na produção de conhecimento ligado ao setor primário. Este processo, sustentado em dinâmicas de pessoas-para-pessoas, assenta no saber tradicional e na experiência local como pilares fundamentais da sua implementação. Neste caso, a comunidade abre as portas da Masia a visitas guiadas que promovem a educação agroecológica²⁷. Além

²⁷ <https://canmasdeu.net/ca/comunidad/> acedido a 11 de julho de 2025.

disso, eles hospedam, durante um período máximo de 15 dias, pessoas de todas as idades, permitindo-lhes conhecer um modo de vida alternativo e em harmonia com o meio ambiente²⁸.

Esta dimensão educativa e comunitária reflete-se na organização das hortas comunitárias de Can Masdeu, que combinam espaços de cultivo individual com áreas de uso coletivo. Por um lado, existem parcelas atribuídas a indivíduos, geralmente vizinhos da região, mediante uma lista de espera (RTVE, 2011b). Nestes casos, a produção agrícola é de caráter privado, não sendo necessário partilhá-la com os demais membros da comunidade. Por outro lado, existe uma área de cultivo comunitário, cujos alimentos são distribuídos entre os habitantes de Can Masdeu e os residentes de Nou Barris (RTVE, 2011b). No entanto, o acesso a estes bens alimentares está condicionado à participação ativa nas atividades agrícolas e nas assembleias das hortas comunitárias, reforçando o princípio de co-responsabilidade e de envolvimento coletivo na gestão dos recursos (RTVE, 2011b).

Cerca de 80% dos alimentos consumidos na *okupa* são provenientes do cultivo e da produção própria, resultado direto da gestão agroecológica e comunitária da terra (RTVE, 2011). Os restantes alimentos são obtidos através de trocas solidárias ou de compras em mercados locais, privilegiando sempre distribuidores de produtos ecológicos e circuitos curtos de comercialização (RTVE, 2011). O arroz, por exemplo, é adquirido em cooperativas ecológicas ou em projetos com motivações semelhantes, promovendo relações horizontais com os fornecedores (Gambirasi et al., 2025). Estas práticas reforçam o esforço coletivo da conservação da completude do abastecimento ambiental.

Face às circunstâncias observadas, é legítimo afirmar que a comunidade de Can Masdeu detém uma soberania alimentar forte. Esta afirmação suporta-se no pensamento de Epting (2018), segundo o qual a soberania alimentar forte se caracteriza pelo controlo absoluto da produção, da distribuição e do consumo de alimentos por parte da

²⁸ <https://canmasdeu.net/ca/comunidad/> acedido a 11 de julho de 2025.

população. Em Can Masdeu, este controlo é exercido de forma coletiva e consciente, através de práticas agroecológicas, da gestão comunitária da terra e da autogestão dos recursos disponíveis.

O estágio final - onde gemina a soberania alimentar

A agroecologia constituiu um vetor crucial para a construção da soberania alimentar das comunidades, sendo o grau dessa soberania aferido pela implementação dos seus princípios orientadores. Ewert et al. (2023) destacam que uma abordagem holística da agroecologia exige a concretização de sete perspectivas de sistema (**Tabela 4**). Cada perspetiva enfatiza uma dimensão fundamental que tem de ser considerada para compreender o sistema alimentar e, posteriormente, intervir de forma eficiente. Assim cumpridos, está-se mais perto de conseguir alcançar o ideal da soberania alimentar.

Tabela 4. Perspetivas de sistema para uma abordagem holística da agroecologia

Dimensão	Concretização
a) Sustentabilidade	Três pilares do desenvolvimento sustentável - vertente ambiental, económica e social
b) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Metas globais da ONU, como erradicação da fome, ação climática, igualdade de género.
c) Níveis de organização	Desde o campo individual até a escalas regionais e globais.
d) Atores e stakeholders	Todos que influenciam ou são impactados.
e) Componentes da cadeia de valor alimentar	Produção, transformação, distribuição, consumo e gestão de resíduos.

f) Processos de co-design	Desenvolvimento colaborativo de soluções com participação ativa dos envolvidos.
g) Atividades	Pesquisa, educação, ação prática e transformação social.

Fonte: elaborado pela autora com base no artigo Ewert et al. (2023).

a. Sustentabilidade

A avaliação da sustentabilidade no contexto de Can Masdeu requer uma análise da produção agroecológica comunitária, direcionada para a autogestão e soberania alimentar. Para o efeito, considerar-se-á uma escala temporal de médio-longo prazo.

A **perspetiva ambiental** procura mensurar a redução de pressões ambientais e a melhoria dos serviços ecossistémicos por parte do projeto. Assim sendo, inclui quatro dimensões fundamentais: o solo, a água, a biodiversidade e o clima.

- **Solo:** A gestão do solo é caracterizada pelo uso exclusivo de compostagem, pela ausência de químicos e pela manutenção de ciclos naturais, garantindo a regeneração e fertilidade do solo. Neste domínio a máxima é: nada se perde, tudo se transforma.
- **Água:** O projeto implementa técnicas eficientes de irrigação, aproveitamento de águas pluviais e tratamento da água utilizada, incluindo sistemas de fitorremediação²⁹ e recuperação de lagos locais, assegurando o abastecimento hídrico sustentável³⁰ (RTVE, 2011; Rekaos, 2021).

²⁹ A fitorremediação é o uso de plantas para filtrar e neutralizar eventuais contaminantes da água. Em Can Masdeu, a água utilizada na casa cai em banheiras com plantas, que permite filtrar a água para ser utilizada para a rega (rekaos, 2021).

³⁰ <https://canmasdeu.net/ca/manifesto/> acedido a 12 de julho de 2025.

- **Biodiversidade:** A diversidade de culturas, a presença de polinizadores e a manutenção de habitats naturais são promovidas por práticas de policultura, bioconstrução³¹ e conservação de ecossistemas locais.
- **Clima:** A redução das emissões de gases de efeito estufa decorre da produção sustentável, do autoconsumo e da proximidade entre a produção e o consumo, ao mesmo tempo que promove a resiliência climática.

Sob a **perspetiva económica**, embora o projeto não adote objetivos monetários, é possível fazer uma análise da produtividade, da resiliência e da sustentabilidade. Por conseguinte, a produção agroecológica assegura o abastecimento alimentar e reduz os custos associados à obtenção dos alimentos em função do aproveitamento dos recursos locais e do trabalho comunitário. Além disso, assiste-se a uma diminuição da dependência de *inputs* externos, o que aumenta a resiliência frente a adversidades económicas e climáticas. O recurso limitado ao mercado concentra-se em produtos não produzidos internamente, mas, mesmo assim, são privilegiados circuitos curtos e relações horizontais - contrárias aos princípios capitalistas - com fornecedores, reforçando a transparência e a justiça social. Assim sendo, o retorno sobre o “investimento” é medido não em termos monetários, segundo o grau de segurança alimentar e de mitigação da marginalização social, diminuindo riscos e aumentando a resiliência face a adversidades económicas e climáticas.

A **perspetiva social** é, por excelência, aquela que mais facilmente cumpre todos os parâmetros delineados. Esta perspetiva tem como parâmetros o trabalho, a saúde e nutrição, a cultura e identidade, a inclusão e a participação. O trabalho realizado não é formal nem remunerado, pelo contrário, assenta na participação voluntária, sem exploração, e garantindo um retorno em alimentos, socialização e sentido de pertença. Por outro lado, a saúde e a nutrição, são asseguradas pela produção de alimentos ecológicos, diversificados e livres de químicos, aliada à valorização de práticas

³¹ Em conjunto com a Cíclica, a *okupa* construiu uma rampa de acessibilidade com recurso a critérios de bioconstrução, de modo a preservar a biodiversidade pela redução da erosão possibilitada pela retenção da água da chuva e do consequente crescimento vegetal (Fernández, 2021).

tradicionais e à ligação ao território. Por fim, a inclusão e participação popular materializam-se nas assembleias abertas, com um forte envolvimento dos vizinhos de Nou Barris. Estas assembleias promovem a co-responsabilidade, o empoderamento coletivo e a coesão comunitária.

b. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A integração dos ODS permite analisar o contributo político e social da agroecologia, entrando, portanto, num campo de legitimação política. Os ODS (Figura 2) foram definidos pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da ONU, com o objetivo de orientar as políticas públicas e as iniciativas comunitárias para a justiça social, ambiental e a erradicação da pobreza (BCSD Portugal, s.d.).

Em Can Masdeu, a implementação do ODS 2 - Fome Zero - evidencia resultados concretos, como a produção de alimentos locais, ecológicos e acessíveis, a promoção da biodiversidade e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis (Tabela 5). Embora não se pretenda maximizar a produtividade nem atuar numa escala global, a *okupa* assegura a segurança alimentar, bem como a autonomia e a soberania locais.

Figura 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: BCSD Portugal, s.d.

Tabela 5. Metas do ODS 2 aplicadas ao projeto de Can Masdeu

Meta	Descrição	Aplicação em Can Masdeu
2.1	“Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano”	Produção de alimentos locais, orgânicos e acessíveis para toda a comunidade.
2.2	“Até 2030, acabar com todas as formas de malnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais das adolescentes, das mulheres grávidas e lactantes e das pessoas idosas”	Contribui apenas indiretamente, uma vez que não tem projetos específicos para grupos vulneráveis como crianças ou grávidas.
2.3	“Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, nomeadamente através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de valor acrescentado e de emprego não agrícola”	Promove a autonomia, o acesso à terra e práticas sustentáveis para pequenos agricultores urbanos. Porém, o objetivo do projeto não é a maximização da produtividade agrícola, mas que a terra disponibilize o necessário para viver. Isto significa que o projeto tem uma

		visão holística da natureza e não utilitarista.
2.4	“Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo”	É um exemplo claro de agricultura resiliente, regenerativa e ecológica, com impactos reais e positivos.
2.5	“Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, e promover o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente”	Utiliza sementes tradicionais e promove a biodiversidade agrícola. Todos os meios de produção são coletivizados e a produção da terra comunitária é repartida por todos aqueles que nela produzem. O conhecimento agrícola é passado para todos os interessados no projeto.

2.5a	“Aumentar o investimento, inclusive através do reforço da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos”	O projeto tem uma ação local e depende do interesse popular e, por isso, não recebe investimento público significativo para ter impacto direto noutros locais do globo. Não obstante, as suas ideias são difundidas por todos os que visitam e conhecem o projeto, o que nos permite equacionar uma influência indireta nesta reestruturação.
2.5b	“Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação em paralelo de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha”	O projeto não atua sobre políticas comerciais globais.
2.5c	“Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de matérias-primas agrícolas e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado, inclusive sobre as reservas alimentares, a fim de ajudar a limitar a	Está fora do alcance direto do projeto, uma vez que o seu foco é local e não comercial.

	volatilidade extrema dos preços dos alimentos”	
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora com base no ODS 2

c. Níveis de organização

A ação da *okupa* de Can Masdeu pode ser analisada, embora com graus de intensidade distintos, nos três níveis de organização: local, regional e global. Como foi evidenciado pela análise dos ODS, o impacto global do movimento é limitado e passível de ser questionado. Não obstante, a sua contribuição indireta para a formação de movimentos reivindicativos não pode ser negligenciada. A multiplicidade de nacionalidades entre os participantes do projeto favorece a difusão das ideias desenvolvidas na *okupa*. Os participantes não-locais ao regressarem aos seus países de origem, ao viajarem pelo mundo fora e ao integrarem outros projetos sociopolíticos, poderão propagar os princípios da agroecologia e o estilo de vida não convencional da *okupa*.

Por outro lado, numa escala regional, o projeto de Can Masdeu desempenha um papel ativo na luta pela soberania alimentar, através da consciencialização sobre as alterações climáticas e na construção de um modo de vida alternativo e sustentável. Para o efeito, o projeto colabora com diversos projetos da Catalunha, como o *Ruralitzem*, o *Veus per la sobirania alimentària*, entre outros (*Vall De Can Masdeu*, s.d.), que unem esforços e lutam pelos princípios da soberania alimentar de forma conjunta.

Por fim, a nível local, o impacto de Can Masdeu é inegável. O projeto tem efeitos substanciais na vida das pessoas marginalizadas pelas estruturas de poder e pelos sistemas de redistribuição elitistas, garantindo um espaço de autonomia, solidariedade e resistência social.

d. Atores e stakeholders

Os sistemas alimentares envolvem diversas partes, incluindo produtores diretos, atores da cadeia de valor (fornecedores, distribuidores, etc.), consumidores, decisores

políticos, investigadores e educadores e sociedade civil e movimentos sociais (Ewert et al., 2023). Esta heterogeneidade reflete-se na multiplicidade de interesses e na distribuição desigual de poderes, o que pode gerar conflitos. Assim, revela-se necessário estabelecer formas de conciliar os distintos interesses existentes.

Numa primeira fase, é necessário fazer o mapeamento dos atores que, no caso de Can Masdeu, são, principalmente, os moradores da *okupa* e os vizinhos de Nou Barris. O seu papel é fazer cumprir o ideal de um modo de vida alternativo. Paralelamente, existem atores secundários, como os proprietários legais da propriedade, cuja existência gera uma dinâmica de poder complexa, refletida no conflito mais intenso desde a sua génese - a tentativa de despejo em 2002. Não obstante, atualmente o poder informal reside sobretudo na comunidade da *okupa* e nos vizinhos de Nou Barris.

Estes atores integram os processos de governança através da sua presença nas assembleias internas e nos eventos abertos ao público. É aqui que se discutem questões importantes de atuação e que se cria um espaço de diálogo estruturado. É precisamente este envolvimento coletivo que caracteriza Can Masdeu como um *living lab* comunitário: um laboratório social que testa modelos de vida alternativos e sustentáveis, fundamentados na autogestão (Ewert et al., 2023).

A participação de atores externos com relevância social e credibilidade pública amplifica o prestígio, a visibilidade e a influência de Can Masdeu, conferindo legitimidade e sustentando a continuidade das suas práticas comunitárias e sustentáveis.

e. Componentes da cadeia de valor alimentar

A cadeia de valor alimentar, de forma geral, é caracterizada pela produção, transformação, comercialização, consumo e gestão dos resíduos (Ewert et al., 2023). Em Can Masdeu, o funcionamento do sistema alimentar interno difere significativamente da concepção convencional desta cadeia.

A produção ocorre coletivamente nas hortas, coletivamente, enquanto a transformação dos alimentos é feita na Masia para consumo dos residentes e convidados. No entanto, quando os produtos são destinados aos participantes não residentes, a transformação será feita, eventualmente, nas suas próprias casas. As maiores diferenças entre a cadeia

de valor convencional surgem na fase de comercialização: não é prática do projeto cobrar pelos alimentos, pelo que a disponibilização dos produtos ocorre sob a forma de refeições coletivas, preparadas com produtos ecológicos, às quintas-feiras, após as jornadas de trabalho, e aos domingos, durante os dias abertos do PIC. O consumo é, assim, comunitário e baseado em dietas veganas sazonais. A gestão de resíduos assenta na compostagem e na reutilização de materiais.

A análise da cadeia de valor revela algumas fragilidades, nomeadamente na escala limitada da produção, que pode colocar os residentes numa situação de eminente insegurança alimentar. No entanto, a adoção de práticas agroecológicas e estratégias como o congelamento de alimentos, retardam os impactos dos efeitos adversos da eventual escassez de recursos.

Deste modo, a perspetiva de cadeia obriga a refletir sobre todo o processo do sistema alimentar, desde a produção e transformação, até ao consumo e à gestão do desperdício.

f. Processos de co-design

Como Ewert et al. (2023) argumentam, a agroecologia exige construir soluções de forma articulada com os atores reais do sistema alimentar. É preciso adaptar, de forma conjunta, técnicas de acordo com as especificidades locais. Para o efeito, importa pensar num ciclo que inclua o diagnóstico, a idealização, a testagem, a avaliação e o ajuste.

No caso de Can Masdeu, as etapas do diagnóstico e da idealização são feitas nas assembleias de cariz horizontal. Uma vez alcançado o consenso, segue-se a fase de testagem no terreno, que pode incluir técnicas de cultivo ou iniciativas comunitárias específicas. Por fim, a comunidade reflete em conjunto sobre os resultados da fase anterior, introduzindo os ajustes necessários.

O envolvimento de atores marginalizados permite reforçar o projeto, não apenas ao diversificar perspetivas e experiências, mas também ao reforçar a legitimidade do projeto, evidenciando a sua orientação para o benefício coletivo e para a justiça social.

g. Atividades

A agroecologia assenta em quatro atividades centrais que se interligam: a investigação, a educação, a ação e a mudança (Ewert et al., 2023). Em Can Masdeu a investigação ocorre sobretudo através da troca de saberes e da experiência coletiva, mas o projeto tem vindo a consolidar outras dimensões que fortalecem a luta pela soberania alimentar e por modos de vida alternativos.

O projeto aposta no desenvolvimento de um movimento formal e interseccional que permita a investigação contínua em maior escala, articulando diferentes dimensões da vida quotidiana e das lutas sociais. Neste âmbito destaca-se a *Casa del Futurs*³², um projeto que visa criar um Centro de Justiça Social e uma Escola de Movimentos. A Escola de Movimentos assenta no recurso a pedagogias transformadoras, específicas e participativas, com a aposta na troca translocal de saberes e competências³³. O objetivo é a difusão de soluções e práticas sociais, através de uma rede de aprendizagem coletiva, capazes de incentivar as comunidades a tornarem-se agentes transformadores a nível económico e social³⁴.

Entre os projetos em desenvolvimento, conta-se com a criação de um centro de pesquisa translocal, de um arquivo ao vivo, de espaços para trocas intergeracionais e de programas para jovens³⁵. O centro de pesquisa permitirá a disseminação de conhecimento local e apoiará a pesquisa académica orientada para a organização social local e tecnologias de baixo impacto³⁶. Relacionado com este centro, o arquivo ao vivo possibilita a documentação e a partilha simultânea dos processos organizacionais, recorrendo a metodologias de educação popular e artística que facilitam o retorno do conhecimento às comunidades³⁷.

³² <https://www.casafuturs.org/ca/about-us/> acedido a 15 de julho de 2025.

³³ <https://www.casafuturs.org/ca/> acedido a 15 de julho de 2025.

³⁴ <https://www.casafuturs.org/ca/> acedido a 15 de julho de 2025.

³⁵ <https://www.casafuturs.org/ca/build-knowledges/> acedido a 12 de julho de 2025.

³⁶ <https://www.casafuturs.org/ca/build-knowledges/> acedido a 12 de julho de 2025.

³⁷ <https://www.casafuturs.org/ca/build-knowledges/> acedido a 12 de julho de 2025.

A aprendizagem coletiva e os valores compartilhados constituem, assim, um requisito essencial na criação de um impacto efetivo. Neste sentido, as trocas intergeracionais desempenham um papel muito importante, na medida em que permitem utilizar os conhecimentos tradicionais no combate às alterações climáticas³⁸. Esta aprendizagem refletir-se-á numa ação mais eficiente da Escola de Movimentos, que dotará os participantes de espírito crítico e de uma bagagem intelectual para perspetivar diferentes problemáticas. A ação que resultará desta aprendizagem será prática, contínua e de adaptação às necessidades do presente.

A mudança constitui, por sua vez, um dos pilares centrais do projeto. Se inicialmente a *okupa* surgiu como resposta à especulação imobiliária e às alterações climáticas, hoje permanece como um símbolo da luta por uma vida mais digna, justa e sustentável, em plena harmonia com o meio ambiente. Embora não se configure como um projeto político formal, pela sua associação à marginalidade e insurreição, a verdade é que a *okupa* de Can Masdeu inspira debates e ações sobre a propriedade, a ecologia e o uso da terra, além de estimular a agência dos cidadãos de Nou Barris.

Pode-se, portanto, afirmar que Can Masdeu é uma força política e cultural, resultado de um ciclo vivo onde a ciência, a prática e a política se reforçam mutuamente.

Conclusão

A presente dissertação partiu da hipótese de que os sistemas tradicionais de redistribuição alimentar e fundiária contribuem para a reprodução de desigualdades estruturais, particularmente em contextos urbanos periféricos. A análise desenvolvida ao longo dos capítulos permitiu corroborar esta hipótese, evidenciando que os pressupostos universalizantes das políticas públicas - em especial os que sustentam o conceito de segurança alimentar - se revelam insuficientes para responder às necessidades específicas das comunidades vulneráveis. A segurança alimentar, enquanto indicador técnico e institucional, mostra-se limitada por desconsiderar

³⁸ <https://www.casafuturs.org/ca/build-knowledges/> acessado a 12 de julho de 2025.

dimensões culturais, políticas e territoriais, apesar da sua evolução conceptual, que são centrais para a autonomia e a dignidade das populações.

Em contraposição, a soberania alimentar emerge como paradigma político e ético que reivindica o direito das comunidades à autodeterminação dos seus sistemas alimentares. Como demonstrado na revisão teórica da literatura especializada, este conceito transcende a lógica da produção e da distribuição, incorporando dimensões como justiça social, diversidade cultural, sustentabilidade ecológica e democracia participativa. A sua articulação com a soberania fundiária reforça a centralidade do acesso à terra enquanto condição material indispensável para a emancipação coletiva, conforme sublinhado por Borras & Franco (2012) e Roman-Alcalá (2016).

Neste quadro, a autogestão surge como o mecanismo organizativo que permite materializar os princípios da soberania alimentar e fundiária no quotidiano das comunidades. Os capítulos dedicados a esta temática demonstram que a autogestão não se configura apenas como resistência, mas igualmente como processo de construção de alternativas, assente na deliberação coletiva, na coprodução com a natureza (Rosset & Altieri, 2017) e na criação de infraestruturas comunitárias. A sua expressão em movimentos como as *okupas* evidencia o seu potencial transformador que desafiam o Estado e o capital, ao mesmo tempo que propõem formas descentralizadas de organização social.

A agroecologia foi analisada como prática e movimento que articula saberes ancestrais e ciência contemporânea, promovendo sistemas produtivos resilientes, sustentáveis e adaptados às especificidades locais. Os modelos ecológicos indígena, camponês e proletário (Martínez-Torres & Rosset, 2014) ilustram a diversidade de abordagens possíveis, convergindo, contudo, na crítica ao agronegócio e na valorização da autonomia produtiva.

É neste quadro que o caso de Can Masdeu materializa a convergência teórico-prática das dimensões analisadas. Esta experiência de resistência urbana corporiza os princípios da soberania alimentar, da autogestão e da agroecologia. Can Masdeu constitui não apenas um espaço físico, mas igualmente um território simbólico de luta, aprendizagem

e reconfiguração das relações entre sociedade e natureza. A sua existência desafia a lógica da propriedade privada, da produção intensiva e da dependência institucional, propondo uma alternativa situada, coletiva e ecologicamente integrada.

Conclui-se, assim, que a transformação dos sistemas alimentares e fundiários não pode ser alcançada através de reformas técnicas ou de indicadores quantitativos. Requer uma mudança ontológica e política que reconheça a centralidade da autonomia comunitária, da justiça territorial e da coprodução com o meio. A soberania alimentar, em articulação com a autogestão e a agroecologia, apresenta-se como resposta consistente, adaptada às realidades locais e capaz de enfrentar os desafios sistêmicos do capitalismo agroalimentar. Esta dissertação contribui, deste modo, para o aprofundamento do debate em torno de alternativas emancipatórias, propondo uma leitura crítica, situada e transformadora da relação entre sociedade, terra e alimento.

Referências bibliográficas

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Estratègia d'agricultura urbana a la ciutat de Barcelona 2019–2030*. Barcelona, 2019. Plano estratégico. [Online] Disponível em: https://bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/jspui/bitstream/11703/116590/3/EstrategiaAgriculturaUrbana_Abril2019_def.pdf [Acesso em: 7 mar. 2025].

ALBERT, Á., BITOMSKÝ, M., GÖTZENBERGER, L., MUDRÁK, O., KLIMESOVÁ, J. (2021). Seed production of co-occurring species: Regenerative strategies, plant economic spectrum or architectural constraints? *Basic and Applied Ecology*, v. 58, pp. 121–129, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.baae.2021.12.001>

ALFRED, T. From sovereignty to freedom: Towards an indigenous political discourse. *Indigenous Affairs*, v. 3, n. 1, pp. 22–34, 2001. Disponível em: https://iwgia.org/images/publications/IA_3-01.pdf

ALTIERI, M. A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroleira. Carta Maior, Brasil, 22 abril 2008. [Online] Disponível em:

https://web.archive.org/web/20101228144718/http://cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14955

ALTIERI, M. A., TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, pp. 587-612, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>

ALTIERI, M. Agroecology: a new research and development paradigm for world agriculture. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v. 27, pp. 37-46, 1989. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0167-8809\(89\)90070-4](https://doi.org/10.1016/0167-8809(89)90070-4)

ASTUTI, R., MCGREGOR, A. Indigenous land claims or green grabs? Inclusions and exclusions within forest carbon politics in Indonesia, *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 2, pp. 445-466, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1197908>

BCSD PORTUGAL. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. s.d. Disponível em: <https://ods.pt/ods/>

BÉLIÈRES, J. F., JAMIN, J.-Y., SECK, S. M., TONNEAU, J. P., ADAMCZEWSKI, A., LE GAL, P. Y. Dynamiques foncières, investissements et modèles de production pour l'irrigation en Afrique de l'Ouest : Logiques financières contre cohérences sociales? *Cahiers Agricultures*, v. 22, n. 1, pp. 61-66, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1684/agr.2012.0574>

Bèrges, K. La pratique du quat comme processus de socialisation féministe dans le mouvement okupa madrilène des années 1980. *Hispania Nova*, v. 18, pp. 629-660, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20318/hn.2020.5119>

BERNSTEIN, H. Introduction: Some Questions Concerning the Productive Forces. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 3, pp. 300-314, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00272.x>

BERNSTEIN, H. Food sovereignty via the 'peasant way': A sceptical view. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, pp. 1031–1063, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.852082>

BLANCHET, R., WILLOWS, N., JOHNSON, S., OKANAGAN NATION SALMON REINTRODUCTION INITIATIVES, BATAL, M. Enhancing cultural food security among the Syilx Okanagan adults with the reintroduction of Okanagan sockeye salmon. *Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism*, v. 47, n. 2, pp. 124–133, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1139/apnm-2021-0321>

BORRAS, S. M. Contemporary agrarian, rural and rural-urban movements and alliances. *Journal of Agrarian Change*, v. 23, n. 3, pp. 453-476, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joac.12549>

BORRAS, S. M. La Vía Campesina and its Global Campaign for Agrarian Reform. *Journal of Agrarian Change*, v. 8, n. 2-3, pp. 258–289, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2008.00170.x>

BORRAS, S. M., FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Political Reactions 'From Below', *Third World Quarterly*, v. 34, n. 9, pp. 1723-1747, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.843845>

BORRAS, S. M., FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 1, pp. 34-59, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2011.00339.x>

BOSCH, R. M. *El 40% de la población infantil sufre pobreza, plan de Barcelona para reducirla*. La Vanguardia [Em linha], 2025. [consult. 12 jun. 2025]. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20250717/10900369/40-poblacion-infantil-sufre-pobreza-plan-barcelona-reducirla.html>

BREM-WILSON, J. Towards food sovereignty: interrogating peasant voice in the United Nations Committee on World Food Security. *Journal of Peasant Studies*, v. 42, n. 1, pp. 73-95, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2014.968143>

BROWN, L. R. *Plan B 2.0: Rescuing a Planet Under Stress and a Civilization in Trouble*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2006.

BROWN, L. R. *Plan B 3.0: Mobilizing to Save Civilization*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2008.

BROWN, L. R. *Plan B 4.0: Mobilizing to Save Civilization*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2009.

BROWN, L. R. *Plan B: Rescuing a Planet Under Stress and a Civilization in Trouble*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2003.

BURNETT, K., MURPHY, S. What place for international trade in food sovereignty? *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, pp. 1065–1084, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2013.876995>

CAN MASDEU. *Participa al Crowdfunding “La Terra per qui la Regenera, Vall de Can Masdeu” a Verkami*. [Em linha]. s.d. [consult. 9 abril 2025]. Disponível em: <https://www.verkami.com/locale/ca/projects/36934-la-terra-per-qui-la-regenera-vall-de-can-masdeu>

CAROLAN, M. S. *Reclaiming food security*. Londres: Routledge, 2013.

CHAYANOV, A. *The Theory of Peasant Co-Operatives*. Londres: Bloomsbury Publishing PLC, 1991.

CHOHAN, J. K., TÉLLEZ, J. L. G., EISLER, M. C., ESCOBAR, M. P. (2023). Agropastoralism and re-peasantisation: the importance of mobility and social networks in the páramos of Boyacá, Colombia. *Agriculture and Human Values*, v. 41, pp. 715–729, 2023. <https://doi.org/10.1007/s10460-023-10512-9>

COÒPOLIS. *Agroecologia regenerativa, gestió comunitària i custòdia del territori*. Coòpolis [Em linha], s.d. [consult. 19 jul. 2025]. Disponível

em: <https://www.bcn.coop/bones-practiques/agroecologia-regenerativa-gestio-comunitaria-i-custodia-del-territori/>

DA SILVA, I. A., GUIDO, A., MÜLLER, S. C. Predicting plant performance for the ecological restoration of grasslands: the role of regenerative traits. *Restoration Ecology*, v. 28, n. 5, pp. 1183–1191, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/rec.13182>

DESMARAIS, A. A. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Halifax: Fernwood Publishing, 2007.

DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N.; WITTMAN, H. (eds.) *Food Sovereignty: Reconnecting Food, Nature and Community*. Halifax: Fernwood Publishing, 2010.

DI MASSO, M.; ZOGRAFOS, C. Constructing food sovereignty in Catalonia: different narratives for transformative action. *Agriculture and Human Values*, v. 32, n. 1, pp. 183–198, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-014-9528-0>

ENRIQUEZ'ARTE BARCELONA. *Health & Sustantability - enriquezArte Barcelona* [vídeo]. Youtube, 11 abril 2023 [consult. 8 ago. 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRVLJHhmXGE>

EPTING, S. Advancing Food Sovereignty Through Interrogating the Question: What is Food Sovereignty? *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 31, n. 5, 593–604, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10806-018-9748-1>

EPTING, S. Advancing Food Sovereignty Through Interrogating the Question: What is Food Sovereignty? *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 31, n. 5, pp. 593–604, 2018. <https://doi.org/10.1007/s10806-018-9748-1>

EVANS, A. Gender issues in rural household economics. *IDS Bulletin*, v. 22, n. 1, pp. 51–59, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.1991.mp22001008.x>

EWERT, F., BAATZ, R., FINGER, R. Agroecology for a Sustainable Agriculture and Food System: From Local Solutions to Large-Scale Adoption. *Annual Reviews*, v. 15, pp. 351-381, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-resource-102422-090105>

EXPATISTAN. Cost of living in Spain [Em linha]. Expatistan, 2025. Disponível em: <https://www.expatistan.com/cost-of-living/country/spain> [Consult. 27 jul. 2025].

FAO. *High-Level Conference on World Food Security: The Challenges of Climate Change and Bioenergy*. Roma, 2008. Relatório de Conferência. [Online] Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/foodclimate/HLCdocs/HLC08-Rep-E.pdf

FAO. *Hunger and food insecurity | FAO | Food and Agriculture Organization of the United Nations*. [Em linha]. s.d. [consult. 28 jan. 2025]. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en>

FERNÁNDEZ, E. A. Informe de valoració paisatgística de la rampa d'accés a Can Masdeu a Barcelona. *Cíclica*, 2021. Disponível em: https://canmasdeu.net/wp-content/uploads/2024/04/2107_Informe_Paisatgistic_Final_enviat.docx_compressed.pdf

FIORE, V., BORRELLO, M., CARLUCCI, D., GIANNOCARO, G., RUSSO, S., STEMPFLE, S., ROSELLI, L. The socio-economic issues of agroecology: a scoping review. *Agricultural and Food Economics*, v. 12, n. 16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40100-024-00311-z>

FOLKE, C., HAHN, T., OLSSON, P., NORBERG, J. Adaptative Governance of social-ecological systems. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 30, pp. 441-473, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.30.050504.144511>

FRANCIS, C. A., HARWOOD, R. R., PARR, J. F. The potential for regenerative agriculture in the developing world. *American Journal of Alternative Agriculture*, , v. 1, n. 2, pp. 65-74, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44506928>

GAGO, V. Neoliberalismo y después: empresarialidad, autogestión y luchas por la reproducción social. *Contemporânea*, v. 11, n. 3, pp. 957-970, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021022>

GALLARDO-LÓPEZ, F., HERNÁNDEZ-CHONTAL, M. A., LINARES-GABRIEL, A. & CISNEROS-SAGUILÁN, P. Scientific contributions of agroecology in Latin America and the Caribbean: a review. *Revista de la Facultad de Ciencias Agrarias*, v. 51, n. 1, pp. 215-229, 2019. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/RFCA/article/view/2447>

GAMBIRASI, M., CAVAGLIÀ, R., RUGGHIA, S. El Valle de Can Masdeu: La agroecología como una cura para el futuro. *Green European Journal*, 2025. Disponível em: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/el-valle-de-can-masdeu-la-agroecologia-como-una-cura-para-el-futuro/>

GONICK, S. From Occupation to Recuperation: Property, Politics and Provincialization in Contemporary Madrid. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 4, pp. 833-848, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12392>

GRAÇA, P., GREGÓRIO, M. Evolução da política alimentar e de nutrição em Portugal e suas relações com o contexto internacional. *Revista SPCNA*, v. 18, n. 3, pp. 79-96, 2012. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70247/2/47843.pdf>

HART, G. A. Power, Labour, and Livelihood: Processes of Change in Rural Java. California: California Press, 1986.

HEWITT DE ALCANTARA, C. (ed.) *Real Markets: Social and Political Issues of Food Policy Reform*. Londres: Frank Cass, 1993.

HOLT-GIMÉNEZ, E., ALTIERI, M. A. Agroecology, Food Sovereignty, and the New Green Revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n.1, pp. 90-102, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.716388>

HOLT-GIMÉNEZ, E., SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 1, pp. 109-144, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2010.538578>

HORLINGS, L. *Sustainable place-shaping: Can Masdeu – Transforming Places*. [Em linha]. s.d. [consult. 24 jul. 2025]. Disponível em: <https://transformingplaces.net/sustainable-place-shaping-can-masdeu/>

HORSTINK, L., SCHWEMMLEIN, K., MASSON, G. A. Land sovereignty in depressed and contested agro-territories. *Elementa: Science of the Anthropocene*, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/elementa.2023.00075>

INSTITUT D'ESTADÍSTICA DE CATALUNYA - Indicadors socioeconòmics. Valors. Per barris de Barcelona [Em linha]. Barcelona: Idescat, 2025. Disponível em: <https://www.idescat.cat/pub/?id=ist&n=14075&geo=mun:080193> . [Consult. 27 jul. 2025]

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DEUTSCH BANK. *Custo de Vida em Barcelona* [Em linha]. Numbeo, 2025b. Disponível em: <https://pt.numbeo.com/custo-de-vida/cidade/Barcelona> [Consult. 17 ago. 2025].

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DEUTSCH BANK. *Indicador Atual de Custo de Vida Por Cidade* [Em linha]. Numbeo, 2025. Disponível em: <https://pt.numbeo.com/custo-de-vida/classifica%C3%A7%C3%B5es-atuais> [Consult. 17 ago. 2025].

KABEER, N. *Gender, production and well-being: rethinking the household economy*. Brighton, Inglaterra: IDS, Discussion Paper nº 288, 1991. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/Dp288.pdf>

LA KLAVE. *Can Masdeu, así es la vida en una casa okupa*. Les Quatre Barres [Em linha], 2016. [consult. 12 jun. 2025]. Disponível em: <https://quatrefbarresblog.wordpress.com/2016/02/13/can-masdeu-asi-es-la-vida-en-una-casa-okupa/>

LA VIA CAMPESINA. *About La Via Campesina*. s.d. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>

LA VIA CAMPESINA. *Declaração de Nyéléni sobre soberania alimentar*. Nyéléni, 2007. Declaração. [Online] Disponível em: <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>

LA VIA CAMPESINA. *Struggle For Agrarian Reform And Social Changes In The Rural Areas* [Declaração]. Bangalore: La Vía Campesina, 2000.

LA VIA CAMPESINA. *The right to produce and access to land: Food sovereignty, a future without hunger* [Declaração]. Rome: La Vía Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2021/11/1996-Rom-en.pdf> (Acesso em: 3 de maio 2025).

LABBÉ, J. F. Estigma y resistencia: acción institucional y autogestión comunitaria en Alto Hospicio, Chile. *Convergencia Revista De Ciencias Sociales*, v. 30, pp. 1-28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29101/crcs.v30i0.20354>

LAFORGE, J. M. L., DALE, B., LEVKOE, C. Z., AHMED, F. The future of agroecology in Canada: Embracing the politics of food sovereignty. *Journal of Rural Studies*, v. 81, pp. 194-202, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.025>

LANG, T., BARLING, D. Food security and food sustainability: reformulating the debate. *The Geographical Journal*, v. 178, n. 4, pp. 313-326, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-4959.2012.00480.x>

LANG, T.; HEADMAN, M. *Food wars: the global battle for mouths, minds and markets*. Londres: Earthscan, 2004.

LAPPÉ, F. M. *Diet for a Small Planet*. New York: Ballantine Books, 1971.

LÓPEZ, M. A. M., BERNARDOS, A. G. (Eds.). (2014). *Okupa Madrid (1985-2011): Memoria, reflexión, debate y autogestión colectiva del conocimiento*. Madrid: Observatorio

Metropolitano.

Disponível

em:

https://www.miguelangelmartinez.net/IMG/pdf/2014_okupa_madrid_imprenta.pdf

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 17, n. 2, pp. 78-87, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v17i2.8634795>

MARTÍNEZ-TORRES, M. E., ROSSET, P. M. (2014). Diálogo de saberes in La Vía Campesina: Food sovereignty and agroecology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, pp. 979–997, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.872632>

MAXWELL, S. Food security: a post-modern perspective. *Food Policy*, v. 21, n. 2, pp. 155-170, 1996. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0306-9192\(95\)00074-7](https://doi.org/10.1016/0306-9192(95)00074-7)

MAXWELL, S. *National food security planning: first thoughts from Sudan*. Comunicação apresentada em: WORKSHOP ON FOOD SECURITY IN THE SUDAN, 1988, Sussex.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, pp. 139-169, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150902820354>

MOORE, W. M. *Capitalism in the Web of Life*. Londres: Verso, 2015.

NINSON, J., EGYIR, I. S., MENSAH-BONSU, A., & ONUMAH, E. E. Financial analysis of the use of land: Agriculture or woodlot. *Land*, v. 11, n. 5, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land11050642>

OLDHAM, O., NEWTON, P., SHORT, N. Land-based resistance: Enacting Indigenous self-determination and kai sovereignty. *Element: Science of the Anthropocene*, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/elementa.2023.00118>

ONU. *Report of the World Food Conference*. Roma, 1975. Relatório de Conferência. [Online] Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/701143?v=pdf> [Acesso em: 22 jan. 2025]

OYA, C. Methodological reflections on 'land grab' databases and the 'land grab' literature 'rush.' *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 3, pp. 503-520, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.799465>

PRECIOSMUNDI. Preços dos alimentos nos supermercados na Espanha [Em linha]. Preciosmundi, 2025. Disponível em: <https://pt.preciosmundi.com/espanha/precos-supermercado> [Consult. 17 ago. 2025].

PRO LONGO MAÏ. *Qui sommes nous?* [Em linha]. s.d. [consult. 3 maio 2025]. Disponível em: <https://www.prolongomaif.ch/longo-ma%C3%AF/qui-sommes-nous/>

REDACCIÓN. *Los okupas tachan de elitista el plan del Ayuntamiento sobre Can Masdeu*. La Vanguardia [Em linha], 2006. [consult. 12 jun. 2025]. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/vida/20020503/51262754042/los-okupas-tachan-de-elitista-el-plan-del-ayuntamiento-sobre-can-masdeu.html>

REKAOS77. *CAN MASDEU Una experiencia rurbana (Centro Social Okupado)* [Vídeo] YouTube, 25 Abr. 2021 [consult. 13 ago.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=twJfAmX18J8>

ROCHA, C., LIBERATO, R. S. Food Sovereignty for Cultural Food Security. *Food, Culture & Society*, v. 16, n. 4, pp. 589-602, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2752/175174413X13673466712047>

ROMAN-ALCALÁ, A. Broadening the Land Question in Food Sovereignty to Northern Settings: A Case Study of Occupy the Farm. *Globalizations*, v. 12, n. 4, pp. 545-558, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2015.1033199>

ROMAN-ALCALÁ, A. Conceptualising components, conditions and trajectories of food sovereignty's 'sovereignty'. *Third World Quarterly*, v. 37, n. 8, pp. 1388-1407, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1142366>

ROMAN-ALCALÁ, A. Looking to food sovereignty movements for post-growth theory. *Ephemera: theory & politics in organization*, v. 17, n. 1, pp. 119-145, 2017. Disponível

em:

https://www.researchgate.net/publication/315381012_Looking_to_food_sovereignty_movements_for_post-growth_theory

ROSS, C., REIN, M. *A day at Can Masdeu* [Video] Youtube, 8 jul. 2021 [consult. 8 ago.]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xJm_StY2b3I

ROWE, S., BRADY, C., SARANG, R., WIIPONGWII, T., LEU, M., JENNINGS, J., PETERSON, T., BOSTON, J., ROACH, B., PHILLIPS, J., CONRAD, Z. Improving Indigenous Food Sovereignty through sustainable food production: a narrative review. *Frontiers in Sustainable Food System*, v. 8, 01-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2024.1341146>

RTVE. (2011b, May 13). *Una 'Kasa' en las afueras - Parte 2* [Video]. RTVE.es., 13 maio 2011b [consult. 10 ago.] Disponível em: <https://www.rtve.es/play/videos/el-escarabajo-verde/escarabajo-verde-kasa-afueras-2/1100657/>

RTVE. *Una 'kasa' en las afueras - Parte 1*. [Video] RTVE.es, 6 maio 2011 [consult. 10 ago.]. Disponível em: <https://www.rtve.es/play/videos/el-escarabajo-verde/escarabajo-verde-kasa-afueras/1093620/>

SEN, A. Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 96, n. 3, p. 433-464, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1882681>

SEVILLA-GUZMÁN, E., WOODGATE, G. Agroecology: Foundations in Agrarian Social Thought and Sociological Theory. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, pp. 32-44, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.695763>

SIMELANE, K. S.; WORTH, S. Food and nutrition security theory. *Food and Nutrition Bulletin*, v. 41, n. 3, pp. 367-379, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0379572120925341>

SINGER, P. *Ensaio sobre Economia Solidária*. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2018.

SMESSAERT, J., FEOLA, G. Beyond Statism and Deliberation: Questioning Ecological Democracy through Eco-Anarchism and Cosmopolitics. *Environmental Values*, v. 32, n. 6, pp. 765-793, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3197/096327123X167594017065>

SUSTAINABLE DEVELOPMENT COMMISSION. *Food security and Sustainability: The perfect fit*. Reino Unido, 2009. Position paper. [Online] Disponível em: <https://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/SDCFoodSecurityPositionPaper.pdf>

TILZEY, M. Food democracy as radical political agroecology: securing autonomy (alterity) by subverting the state-capital nexus. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 8, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2024.1044999>

TORVIK, R. Why do some resource-abundant countries succeed while others do not? *Oxford Review of Economic Policy*, v. 25, n. 2, pp. 241–256, 2009. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grp015>

VIANA, N. *Manifesto autogestionário*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2019.

VILLELA, J. M., ANACHE, J. A. A., WATANABE, A. M., FLANAGAN, D. C., WENDLAND, E. C., CRESTANA, S. (2023). Performance evaluation of a water erosion tracer using plot-scale experiments and process-based modeling. *International Soil and Water Conservation Research*, v. 11, n. 4, pp. 622-632, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.iswcr.2023.05.003>

WALD, N. Anarchist Participatory Development: A Possible New Framework? *Development and Change*, v. 46, n. 4, pp. 618-643, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12136>

WEZEL, A., BELLON, B., DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D., DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, pp. 503-515, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>

WITTMAN, H., JAMES, D. Land governance for agroecology. *Elementa: Science of the Anthropocene* v. 10, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/elementa.2021.00100>

WITTMAN, H., JAMES, D. Land Governance for agroecology. *Elementa: Science of the Anthropocene*, v. 10, n. 1, 2022. <https://doi.org/10.1525/elementa.2021.00100>

WORLD BANK GROUP. What is food security. 2024. [Online] Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/brief/food-security-update/what-is-food-security> [Acesso em: 28 jan. 2025]

WORLD BANK GROUP. What is food security? [Em linha]. s.d. [consult. 28 jan. 2025]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/brief/food-security-update/what-is-food-security>